



## FORÇAS ARMADAS DO BRASIL - ORIGENS

Da chegada de Tomé de Sousa à consolidação do Governo-Geral.  
Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**



## BRASIL DESPERDIÇA ENERGIA RENOVÁVEL

Transição é prejudicada no Brasil por falta de planejamento de Estado.  
Por Marcos de Oliveira, **página 3**



## QUAL SERÁ A PRÓXIMA TELA?

Disputa sobre quem definirá nossa próxima experiência digital.  
Por Gabriel Almeida Gomes, **página 4**

## Indústria reage a nova ameaça de tarifas dos Estados Unidos

A proposta do Governo dos Estados Unidos de aplicar uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros acendeu um sinal de alerta na indústria nacional. Em comunicado divulgado nesta terça-feira, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou acompanhar com preocupação a iniciativa apresentada pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR).

A entidade defendeu o fortalecimento do diálogo entre os dois países para evitar prejuízos econômicos. Segundo a CNI, a eventual adoção da medida pode afetar cadeias produtivas integradas entre Brasil e Estados Unidos e comprometer uma relação comercial construída ao longo de décadas.

“O momento exige diálogo e análise técnica. De nossa parte, estamos prontos para contribuir com as negociações”, afirmou, em nota, o presidente da CNI, Ricardo Alban.

A Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) também manifestou sua preocupação com o relatório preliminar divulgado pelo USTR. A organização alertou que as medidas propostas podem afetar negativamente o comércio bilateral e a competitividade da economia brasileira.

“A proposta apresentada tem um forte impacto negativo nas relações comerciais bilaterais e na competitividade do Brasil”, afirmou Paulo Skaf, presidente da Fiesp. Skaf pediu uma ação rápida do governo antes da decisão final, prevista para 15 de julho.

“A diplomacia empresarial tem desempenhado um papel significativo na negociação de exclusões de uma lista de produtos até o momento. No entanto, uma ação rápida e decisiva do governo brasileiro é crucial agora para evitar a confirmação de sérios danos às exportações do país antes da decisão final”, afirmou a organização.

A Federação das Indústrias do Rio (Firjan) igualmente divulgou nota preocupada. A Firjan se habilitou junto ao USTR como parte na investigação em curso, em conjunto com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e demais representantes setoriais. “Ao longo das consultas e audiências públicas, os representantes da indústria compartilharam insumos para reiterar os compromissos brasileiros com a justa concorrência, sustentabilidade e as melhores práticas de comércio internacional”, assinala nota da Firjan.



Ricardo Stuckert/PR

## EUA temem Brics e Pix

### Rubio diz que Brasil não é amigável e critica China

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, afirmou nesta terça-feira que o Brasil não integra o grupo de países considerados amigáveis aos interesses estadunidenses no hemisfério ocidental. Ele colocou o Brasil em um grupo com Nicarágua, Cuba, Venezuela e Colômbia.

A declaração, feita durante audiência no Senado dos EUA, ocorreu um dia após a ameaça de tarifas de 25% sobre importações do Brasil. O documento do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) traz tantas exceções que deixa claro seu objetivo: atacar o Pix, citado 20 vezes.

Rubio defendeu que os Estados Unidos aproveitem o atual con-

texto político regional para ampliar sua influência. Segundo ele, após duas décadas de “negligência”, outras potências, especialmente a China, avançaram sobre espaços estratégicos na América Latina.

É nesse contexto que ficam claras as intenções dos EUA: apesar de o ataque ao Pix atender aos interesses das empresas financeiras estadunidenses, o objetivo central é afastar o Brasil da China e, de forma mais ampla, dos Brics. Há quem enxergue no Pix uma semente da alternativa às transações comerciais e financeiras no Brics longe do dólar e do controle dos EUA.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, nesta terça-feira, que o Pix brasileiro é mais vantajoso que sistemas de empresas

estadunidenses que prestam serviços de pagamento eletrônico. Em evento em Catalão (GO), Lula destacou as vantagens da tecnologia nacional e disse que o Brasil não aceita ser tratado como “uma republiqueta de banana”.

“O Pix assusta eles”, disse Lula, contando que sugeriu ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que adote o mesmo sistema no país dele. “A preocupação dos americanos é que o Pix pode abalar muito as empresas do cartão de crédito deles que estão aqui no Brasil. Acha que o Pix vai acabar com isso; e o Pix vai acabar mesmo, porque o Pix é de graça e é público e ninguém paga nada. É só clicar o Pix e tá resolvido o nosso problema”, afirmou.

## Ouro ultrapassa títulos do Tesouro dos EUA e euro nas reservas oficiais globais

Ouro se tornou o maior componente das reservas oficiais globais em 2025, ultrapassando as reservas de títulos do Tesouro dos EUA e o euro, à medida que a alta dos preços impulsionou sua participação, informou o Banco Central Europeu (BCE) nesta terça-feira.

O ouro representava 27% do total das reservas cambiais oficiais, incluindo reservas cambiais e de ouro, no final de 2025, em comparação com 22% para títulos do Tesouro dos EUA e 15% para o euro, segundo relatório do BCE.

Dados divulgados pelo BCE mostraram que as compras globais de ouro por bancos centrais aumentaram em 2022, atingiram o pico em 2024 e diminuíram em 2025.

As compras de ouro por bancos centrais caíram para cerca de 850 toneladas, abaixo do nível médio entre 2022 e 2024, que ultrapassou 1 mil toneladas. Apesar dos preços historicamente altos, a demanda por ouro permaneceu elevada.

O aumento da participação do ouro nas reservas oficiais foi impulsionado principalmente pela

disparada dos preços, afirmou o BCE. Os preços do ouro subiram 60% e 30% em termos nominais em 2025 e 2024, respectivamente.

Além da diversificação, os bancos centrais usam o ouro como proteção contra riscos geopolíticos. No entanto, em comparação com as moedas fiduciárias, o status do ouro como parte das reservas tem limitações, argumentou o relatório do BCE, citando a volatilidade dos preços, a impossibilidade de ser remunerado, os altos custos de armazenamento e a oferta inelástica.

## Petrobras colaborará com o México em exploração

A presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, anunciou nesta terça-feira que a Petrobras trabalhará em conjunto com a Pemex (Petróleos Mexicanos) para fortalecer as atividades de exploração e produção de petróleo no país.

A presidente enfatizou que ambas as empresas estatais devem assinar um acordo de colaboração ainda este mês, com o objetivo de aproveitar a experiência da Petrobras na exploração de petróleo e gás em águas profundas.

Durante sua coletiva de imprensa matinal no Palácio Nacional, Sheinbaum descreveu o acordo como um passo significativo para o setor energético mexicano.

“A Petrobras é especialista em exploração e produção em águas profundas e também em uma técnica exclusiva que permite analisar se é possível encontrar petróleo em maiores profundidades em campos já explorados, que são campos maduros onde se extrai muito pouco petróleo, como Cantarell, por exemplo”, explicou a presidente.

O acordo estipula que a Pemex receberá apoio técnico para maximizar a extração em campos onde reservas prováveis e possíveis foram identificadas.

Sheinbaum indicou que a Pemex já atua diretamente em alguns campos e, em outros casos, opera sob um modelo de contrato misto, implementado em administrações anteriores, que foi reforçado para garantir receita para o tesouro público e prevenir irregularidades.

Mais petrobras na **página 6**

### COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,0239
Dólar Turismo	R\$ 5,2134
Euro	R\$ 5,8452
Iuan	R\$ 0,7413
Ouro (gr)	R\$ 727,64

### ÍNDICES

IGP-M	0,84% (maio)	2,73% (abril)
IPCA-E	RJ (março) 0,46%	SP (março) 0,52%
Selic	14,75%	
Hot Money	0,63%	

# Forças Armadas do Brasil: os antecedentes históricos

Por Pedro Augusto Pinho

“Eu, el Rei, faço saber a vós, Tomé de Sousa, fidalgo de minha casa que vindo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as capitânicas e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possa, ir povoando, para exaltamento de nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e uma povoação grande e forte, em um lugar conveniente para daí se dar favor e coisas que comprimem a meu serviço e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes, e por ser informado de que a Baía de Todos os Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim pela disposição do porto e rios que nela entram, como pela bondade, abastança e saúde da terra e por outros respeitos, hei por serviço que na dita Baía se faça a dita povoação e assento e para isso vai uma armada, com gente, artilharia, armas e munições, e tudo o mais que for necessário, e pela muita confiança que tenho em vós que, em caso de tal qualidade e de tanta importância, me sabereis servir com aquela fidelidade e diligência que para isso se requer, hei por bem de vos enviar por governador às ditas terras do Brasil, no qual cargo e assim no fazer da dita fortaleza tereis a maneira seguinte da qual fortaleza e terra da Bahia vós haveis de ser capitão.” *Carta de D. João III (1502-1557) a Tomé de Sousa (1503-1579).*

Em 1385, com João I, Portugal inicia uma nova dinastia, a de Avis, que seria interrompida entre 1580 e 1640 pelo domínio dos Felipes II, III e IV de Castela, retornando aos portugueses com a dinastia de Bragança, que perduraria até a implantação da República – no Brasil, em 1889, e em Portugal, em 1910.

Em 1500, época do chamado “descobrimento” do Brasil, Portugal possuía pouco mais de 1 milhão de habitantes, enquanto a Espanha contabilizava uma população quase seis vezes maior. O primeiro registro estruturado da população portuguesa, realizado em 1527, apontava cerca de 1,1 milhão de habitantes.

As capitânicas hereditárias foram, em certa medida, uma solução imposta pelas limitações demográficas e econômicas de um país pequeno, pobre e pouco povoado, que, ao mesmo tempo, buscava alcançar as Índias e construir um poderoso império.

O artifício institucionalizador foi D. João III (1521-1557), que trouxe a Inquisição, o Tribunal do Santo Ofício do papa Clemente VII, para Portugal, abandonou as praças africanas (Alcácer, Arzila,

Azamor e Safim), tudo objetivando o domínio das Índias.

O Governo-Geral, estabelecido em 1549, em Salvador (Bahia), era composto de três auxiliares diretos do governador Tomé de Sousa: o capitão-mor da costa (o militar), o ouvidor-mor (a justiça local e a força pública) e o provedor-mor (economia e finanças). Para tudo mais vieram os jesuítas, chefiados por Manoel da Nóbrega, respaldados pela Santa Inquisição.

Este momento da História de Portugal e do Brasil foi narrado pelo pedagogo, ensaísta e historiador Antônio Sérgio de Sousa Júnior (1883-1969) na *Breve Interpretação da História de Portugal* (1929), com o seguinte texto: “Pouco depois de instituído o sistema de donatários, notou-se que a Coroa, por ele, pouco participava dos lucros da exploração da nova colônia, ao passo que se verificava de ano para ano quanto era susceptível de ser aumentada a matéria coletável da região”.

Foram criadas 14 capitânicas hereditárias em 15 lotes e doadas a 12 donatários. Cinco nunca saíram do papel. Das restantes apenas duas prosperaram: Pernambuco, com a produção de açúcar, e São Vicente, com a escravidão dos indígenas. Não saíram do papel quatro ao norte: duas no Maranhão, uma no Ceará e outra no Rio Grande; e a mais ao sul, Santana. Um por naufrágios, por falta de recursos ou ataques indígenas, e outra pela distância de Portugal.

Baía de Todos os Santos e Ilhéus sofreram ataques constantes dos Tupinambás e Aimorés, sendo o donatário da Baía vítima de um ritual antropofágico. Porto Seguro e Espírito Santo tiveram início promissor, mas sucumbiram aos ataques indígenas e à falta de capital. As do norte também tiveram a desestimulá-las a presença francesa. A realza contribuiu adquirindo as capitânicas dos donatários e dos seus sucessores.

Embora não conste de qualquer livro que tenha consultado, não é difícil imaginar que, com o Brasil que então surgia, havia a possibilidade de negócios com o Estado absolutista e com um Conselho Real, nem sempre cobertos pela lisura, e as “Ordenações”, um corpo de leis apenas dependente de um Soberano.

Antônio Sérgio prossegue a obra mencionada comentando que a Coroa “pensou ir substituindo o regime feudal e federativo por uma administração centralizadora e monopolizadora”.

Veremos que os momentos de maior desenvolvimento econômico e social de nossa história republicana levaram a qualificação de ditaduras unitárias, mesmo vigorando a federação e certo clamor democrático. Uma educação deformadora?

Vejam os com Antônio Sérgio analisa a governança de D. Sebastião, 16º Rei de Portugal (1568-1578): “Não é propriamente a imprudência o que deploramos em

D. Sebastião, mas a estupidez, o desvairamento, a tontaria, a explosividade mórbida, a ferocidade inútil, a pataraticidade constante desse impulsivo degenerado, que era de todo destituído das qualidades de comando, absolutamente indispensáveis para a execução do que ambicionava”.

E conclui sobre este monarca: “Se um acaso, por exemplo, lhe desse a vitória em Alcácer Quibir, logo outras asneiras o haveriam perdido, porque o dom da asneira em jato contínuo era nesse jovem uma propriedade congênita”.

A extensão das costas atlânticas, ocupadas pelas capitânicas hereditárias, que caberia ao capitão-mor fiscalizar para Portugal, a partir de 1549, medida em léguas era entre 700 a 800, equivalendo a 4.700 a 5.000 quilômetros, do extremo norte do litoral do Maranhão até o limite sul em Santa Catarina (Capitania de Santana).

O que havia a defender era a agromanufatura do açúcar, o extrativismo do pau-brasil, a utilização em larga escala de trabalhadores escravos e pequena pecuária auxiliar da produção de açúcar e do consumo interno. Havia, embora não realizado, o interesse em metais preciosos, sobretudo quando chegaram as notícias dos descobrimentos em Cerro Potosí, atual Bolívia.

A defesa, no entanto, não era contínua e permanente. Ao terminar o século 16 (1599) ia de Salvador a Natal, ou seja, abrangia as capitânicas do Reino, antigas Maranhão, Ceará, Rio Grande, então rebatizadas Capitania Real do Rio Grande, as remanescentes Itamaracá e Pernambuco, e a capital, Capitania Real da Bahia de Todos os Santos, retomada a Francisco Pereira Coutinho. Ao todo seriam pouco mais ou menos uns 2.000 km de costa, ou seja, bem menos do que a metade da estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas.

No período das capitânicas hereditárias, alguns donatários encontraram nos holandeses o sócio que lhes garantia a mão de obra escrava e a comercialização dos produtos. Portugal, com Afonso de Albuquerque e Francisco de Almeida, tinha seu interesse voltado para Índias, onde fundou, em 1510, o vice-reinado de Goa.

No reinado de D. Manuel (1495-1521) só três expedições chegaram às costas do Brasil: a de Gonçalo Coelho (1503), de Nuno Manoel (1513) e da Nau Bretôa (1519). O Brasil fora esquecido, mas não por outras nacionalidades que visitavam nossas costas e pelas rendosas expedições que aguçavam o interesse de outras nações, em especial dos franceses e dos holandeses, estes últimos não como parceiros, mas tomando porções da Terra para seu País.

Houve iniciativas particulares, muitas perdidas e sem notícias, mas duas foram importantes. A de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, que auxiliou Tomé de Sousa na fundação da capital, São Salva-

dor, em 1549. E a de João Ramalho, que casou com a filha do cacique dos Goiaes, se estabeleceu em Piratininga (1552), auxiliando sobretudo os jesuítas.

O capitão Genserico de Vasconcelos (1876-1957) realizou, no início da década de 1920, 11 conferências na Escola de Estado-Maior e Aperfeiçoamento de Oficiais, e as fez publicar com título *História Militar do Brasil*, pela Biblioteca Militar, em dois volumes e que nos referiremos em citações desta série de artigos.

Tomé de Sousa trouxe consigo 600 homens em armas e grande material bélico, nos informa o capitão Genserico Vasconcelos, e, como se lê na carta, parcialmente transcrita no início deste artigo, com a incumbência da defesa nacional, ao menos da costa atlântica.

O Brasil não atendeu, senão com Getúlio Vargas, a um projeto idealizado de País. Todas as modificações na sua estrutura que ocorreram na Colônia e no Império, e mesmo no início da República, resultaram das forças imperiosas da necessidade, jamais de um projeto, ainda que distante, como dos positivistas ao final do século 19.

A D. João III só pareceu necessário defender a costa, e, com Tomé de Sousa, o então donatário da Capitania de São Tomé, Pero de Góis viu-se empossado Capitão-mor da Costa. A bem da verdade, Martim Afonso de Sousa tinha exercido esta função, entre 1530 e 1532, em missão colonizadora.

A estrutura moderna da Marinha do Brasil consolidou-se apenas com a Independência, em 1822, e no ano subsequente (1823), quando foi necessário criar uma força naval organizada para garantir a separação de Portugal. Ao longo dos séculos 17 e 18, os capitães-mores atuaram mais focados nas Ordenanças (milícias locais em terra), enquanto a defesa naval ficou mais a cargo de esquadras enviadas pela metrópole ou, posteriormente, nas forças navais organizadas pelo governo colonial, separando a “capitania do mar” das milícias terrestres.

Os demais auxiliares diretos de Tomé de Sousa foram Pero Borges, ouvidor-geral, Antonio Cardoso de Barros, provedor-mor, e Garcia d’Ávila, almoxarife e “fiel da Casa”.

## O fim do Tratado de Tordesilhas

Não se encontra em destaque, quer na História do Brasil, que deixou, para não nos alongarmos, dois terços a mais do nosso território, quer na de Portugal, quer, compreensivamente, na da Espanha, um capítulo a respeito da revogação do Tratado de Tordesilhas pela União Ibérica, que vigorou por 59 anos, durante os reinados de Felipe II, III e IV (1581 a 1640). O que se dirá, então, da História Ocidental?

Antonio Mendes Jr., Luiz Dagoberti Roncari e o paulista Ricardo Maranhão, todos historiadores, escreveram *Brasil História Texto & Consulta* (1976) de onde transcrevemos: “Portugal e Espanha, apesar de pioneiros da Revolução Comercial que situou o Novo Mundo nos quadros do capital mercantil europeu, e apesar de formarem vastos impérios coloniais, não colheram efetivamente os frutos dessa imensa empresa. As peculiaridades e deficiências de sua organização mercantilista impediram que essas metrópoles se alçassem à condição de típicas formações capitalistas, que pudessem utilizar os lucros iniciais da expansão em uma acumulação primitiva, que lhes permitisse mais tarde desenvolver uma economia industrial. Ao contrário, tornaram-se dependentes de potências como a França, Inglaterra e Holanda, cujas estruturas econômicas eram mais condizentes com as necessidades do capitalismo emergente”.

E, prosseguem: “A ausência da maturação do artesanato no período feudal, visível em quase toda a Península Ibérica, à exceção da Catalunha, deixou a região, no início da era mercantilista, em uma situação de dependência das manufaturas de outros países. Estas eram necessárias tanto para equipar as próprias expedições marítimas, quanto para atender às demandas do seu consumo interno, tornado mais exigente à medida que se desenvolvia o processo de expansão”.

Isso ajuda a explicar por que França, Inglaterra e Holanda, que até o século 16 tiveram participação relativamente discreta na expansão ultramarina, assumiram o protagonismo colonial a partir do século 17. Para nós, brasileiros, a questão vai além de uma suposta prestação de contas a Portugal, como ironiza a *Canção do Subdesenvolvido* (1962), de Carlos Lyra e Chico Assis. Ao longo da história, passamos de uma esfera de dependência a outra e, no século 21, vemos crescer a influência das grandes gestoras globais de ativos – corporações multimilionárias, transnacionais e desvinculadas de interesses nacionais específicos.

O povo brasileiro embora pense, dance e cante como americano

Não come como americano  
Não bebe como americano  
Vive menos, sofre mais  
Isso é muito importante  
Muito mais do que importante  
Pois difere os brasileiros dos demais.

Personalidade, personalidade,  
Personalidade sem igual  
Porém... subdesenvolvida,  
subdesenvolvida

E essa é que é a vida nacional!  
*Canção do Subdesenvolvido*, de Carlos Lyra e Chico de Assis, 1961-1962

Pedro Augusto Pinho  
é administrador aposentado.

# Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A

Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.

Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001

São Paulo - SP - Brasil

Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável

Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial

Adhemar Mineiro

José Carlos de Assis

Maurício Dias David

Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:

Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912

monitormercantil.com.br

twitter.com/sigaomonitor

redacao@monitormercantil.com.br

publicidade@monitor.inf.br

monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura

Mensal: R\$ 180,00

Plano anual: 12 x R\$ 40,00

Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





## FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira  
Redação do MM  
fatos@monitormercantil.com.br

## Brasil pode desperdiçar liderança em energia renovável

O Brasil corre o risco de desperdiçar uma vantagem estratégica justamente no momento em que o mundo busca ampliar sua segurança energética com fontes renováveis e soluções de armazenamento, alerta Daniel Maia, CEO da Athon Energia. Em evento recente, ele afirmou que o Brasil ainda cria barreiras para fontes que já provaram competitividade e capacidade de atração de investimentos.

Maia avalia que a eletrificação da economia global e os recentes choques geopolíticos reforçam a urgência de o Brasil acelerar investimentos em baterias, redes inteligentes e soluções descentralizadas de armazenamento energético.

Para o CEO da Athon, o debate sobre segurança energética precisa avançar além da oposição entre fontes renováveis e térmicas, incorporando soluções de armazenamento em baterias (BESS), integração entre diferentes fontes de geração e modernização da operação da rede elétrica.

“O Brasil é um dos poucos países do mundo que já enfrenta excesso estrutural de geração intermitente em determinados horários – incluindo solar, eólica, hidráulica e térmica – mas ainda sem a infraestrutura necessária de armazenamento e transmissão para aproveitar plenamente essa energia”, afirma Maia.

“O armazenamento será tão estratégico quanto a própria geração. Hoje, a discussão internacional já não é mais se renováveis conseguem garantir estabilidade, mas como acelerar a integração entre geração, baterias, transmissão e redes inteligentes. Sem essa integração, o País continuará convivendo com desperdício de energia, cortes de geração renovável e aumento do custo sistêmico. O Brasil tem potencial para liderar essa transição, mas precisa transformar o planejamento energético em política de Estado”, explica.

A transição energética do Brasil tem exemplos positivos a serem seguidos na China, segundo relatório conduzido pelo Núcleo de Estudos de Economia Climática da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em colaboração com o Instituto Itaúsa. O estudo analisou experiências internacionais e destacou a importância da coordenação estatal, da inovação tecnológica e do planejamento de longo prazo para a competitividade industrial. Veremos mais sobre o tema na próxima coluna.

## Dragão no Rio

Como parte das atividades do Ano Cultural China-Brasil 2026, o Dragon Boat chega às águas do Rio de Janeiro em 20 e 21 de junho. Com mais de mil anos de história, essa modalidade chinesa reúne esporte, cultura e trabalho em equipe. As disputas acontecerão em provas de 200 metros, com categorias masculina, feminina, mista e de mulheres sobreviventes do câncer de mama (BCP). Inscrições: [linktr.ee/contato.culturalbridge](https://linktr.ee/contato.culturalbridge)

## ‘Buddy’

Trump parece ter entrado na campanha para reeleger o companheiro Lula. Só a ameaça ao Pix já reduz as chances do combalido Flávio Bolsonaro, ainda que este jure que o ataque ao sistema de pagamentos brasileiro seja fruto da pressão das empresas financeiras dos EUA.

## Rápidas

O MP de Sergipe sediará, 12 de junho, 10h, Conversa com o Judiciário, com o tema “Improbidade Administrativa sob a Ótica do STJ”. Realização da *Revista Justiça & Cidadania* e do CNMP. Inscrições gratuitas: [lnk.bio/s/jc\\_revista/CJ\\_12junho](https://lnk.bio/s/jc_revista/CJ_12junho) \*\*\* Na Taberna da Amendoeira, nesta quarta, o pianista Marvio Ciribelli recebe o baixista Cadu Pontes e o baterista Lucca Machado.

# Parceria entre governo e setor privado no setor produtivo

## André de Paula: agro ‘é o que pode nos assegurar bons resultados’

O ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, destacou nesta terça-feira, a importância da parceria entre governo e setor produtivo para superar desafios e apresentou um panorama de conquistas e metas ambiciosas para o agronegócio brasileiro. Durante encontro, ele também reiterou, o compromisso com o desenvolvimento e a inovação no campo ao participar do painel “Diálogo, inovação e crescimento: o novo momento do agronegócio brasileiro”, no Conselho do Agronegócio da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), na capital paulista.

De Paula ressaltou a abertura de novos mercados internacionais para os produtos brasileiros e disse que desde a saída do ex-ministro Carlos Fávaro, que deixou o ministério com 555 mercados abertos, o número já saltou para 616, com a meta de alcançar 700. De Paula atribuiu parte desse sucesso ao envolvimento pessoal do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva que, segundo ele, “tem muito prazer em se envolver pessoalmente nessas questões”.

Entre as conquistas recentes, o ministro mencio-

nou a abertura do mercado do Vietnã e a ampliação da presença brasileira na China, principal destino dos produtos agrícolas do país. A formalização pela China de que o Brasil é um país livre de febre aftosa sem vacinação foi outro ponto ressaltado como resultado de negociações diplomáticas intensas.

De Paula citou ainda a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como pilar estratégico para o agronegócio e destacou um aumento nos investimentos em pesquisa, que agora são três vezes maiores. O ministro falou sobre a inauguração de um escritório da Embrapa na capital paulista, junto com a presidente do órgão, Sílvia Massruhá.

“Em São Paulo, nós já temos cinco unidades da Embrapa, mas nós precisávamos ter um escritório que tivesse foco em negócios e que fosse aqui na capital. Também assinamos um termo de cooperação muito importante com o Carrefour, que visa qualificar e capacitar os nossos produtores que fornecem para essa rede de supermercados”, disse.

O ministro disse ainda que, após 15 anos sem curso público, a Embrapa realizou um certame para

preencher 1.027 vagas, com a possibilidade de acréscimo de 25%, totalizando 1.300 novos profissionais. “A reinclusão da Embrapa no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) garantiu um aporte de R\$ 1 bilhão para a renovação de sua estrutura, permitindo a inauguração de novas unidades, como a Embrapa Territórios em Alagoas”, explicou.

Com relação à infraestrutura, o ministro destacou o programa de recuperação de estradas vicinais e rurais, que visa restaurar cerca de 8 mil km de vias, facilitando o escoamento da produção e o acesso dos produtores.

### Desafios e perspectivas

Segundo a Agência Brasil, o ministro abordou ainda os desafios que o setor enfrenta, como o elevado endividamento dos produtores, a necessidade de um seguro rural robusto e a criação de um fundo garantidor. Ele também citou o impacto das guerras na formação dos preços de fertilizantes e combustíveis, itens cruciais para a produção agrícola.

De Paula afirmou ainda que para o próximo Plano Safra, que será anunciado

em 1º de julho, a expectativa é um volume de recursos em torno de R\$ 550 bilhões, representando um aumento de 10% em relação ao ano anterior, quando os valores chegaram a R\$ 516 bilhões. A grande aposta é na redução das taxas de juros para um dígito, o que representaria uma “grande vitória” para os produtores.

O ministro disse que “o agro é um setor que cuida de 25% do PIB nacional, que gera 38 milhões de emprego, e é responsável por metade da pauta de exportações do Brasil. No ano passado nós crescemos 11,7% do PIB e fomos determinantes para que o país crescesse 2,3% no ano passado. São números que dispensam qualquer comentário, porque falam muito eloquentemente sobre a importância do setor, o papel que compõe, o seu crescimento atual e do futuro.”

O ministro concluiu seu discurso reforçando a importância da união e da colaboração entre todos os atores do agronegócio, enfatizando que “o Agro não tem partido, o Agro não tem cor. O Agro é algo que nos une a todos. Precisamos buscar essa parceria. É o que pode nos assegurar bons resultados”, finalizou.

## Petro apresenta provas de fraude na eleição na Colômbia

O presidente colombiano, Gustavo Petro, alertou que possui provas de possível fraude nas eleições presidenciais realizadas no último domingo. “Apresento as bases verificadas da possível fraude, que posso entregar à autoridade competente. Disse que não reconheci os dados preliminares da contagem de votos do software... é porque tenho os dados”, publicou Petro em sua conta nas redes sociais.

O presidente colombiano explicou passo a passo o que acredita ter sido a modificação do cadastro elei-

toral, o número de seções eleitorais e o número de mesas de votação.

Petro lembrou que, em 2018, o Conselho de Estado considerou esse mesmo software vulnerável tanto interna quanto externamente. “O cartório eleitoral se recusou sistematicamente a entregar o código-fonte, que era requisito básico para a transparência eleitoral”, afirmou.

Segundo informações fornecidas pelo presidente colombiano, o software utilizado foi modificado duas vezes na tarde de 26 de maio de 2026. De acordo

com a denúncia de Petro, o cadastro eleitoral oficial de 41.421.973 eleitores foi alterado no software cinco dias antes das eleições, totalizando 42.307.373.

“A diferença é de 885.409 novos documentos de identidade que não foram registrados dentro do prazo legal”, afirmou o presidente, acrescentando que supostamente “os locais de votação também foram alterados. De 13.742 locais oficiais para 14.438”. Ele também denunciou ter provas de que um grande número de mesários foi substituído no próprio dia da eleição.

Segundo o último relatório preliminar do Registro Nacional, na eleição de domingo, Abelardo de la Espriella, candidato de direita do movimento Defensores da Pátria, recebeu a maioria dos votos, com 10.361.499. Iván Cepeda, candidato da situação, ficou em segundo lugar com 9.688.361 votos.

Com esses resultados, os dois candidatos se enfrentarão novamente em 21 de junho, no segundo turno, quando os colombianos decidirão quem sucederá o presidente Petro e governará o país pelos próximos quatro anos.



**FERIADO CORPUS CHRISTI**

Comunicamos aos leitores, Agências de Publicidade e anunciantes como será a circulação do Monitor Mercantil neste período.

<b>FECHAMENTO DE PUBLICIDADE</b>
3 de junho (quarta-feira) até as 18h.
<b>DATAS DE CAPA</b>
4, 5, 6, 7 e 8 de junho de 2026
Edição única

E-mail: [publicidade@monitormercantil.com.br](mailto:publicidade@monitormercantil.com.br) / Tel.: (21) 3849-6444

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO**

Os Coordenadores da Comissão de Constituição, convoca todos os interessados na constituição da: UNIDAS COOPERATIVA DOS MOTORISTAS DE TÁXI EXECUTIVOS EM TRANSPORTES CORPORATIVOS E TURÍSTICOS NO ESTADO DO RJ. A realizar-se na Rua Adolfo Bergamini, 00327 – Apt.102 fds. Engenho de Dentro – CEP 20730-000, no Município do Rio de Janeiro/RJ no dia 15/06/2026 às 9:00 h em 1ª. convocação, às 10:00 h. em 2ª e às 11:00 h. em 3ª e última convocação. Para atenderem às seguintes ordens do dia: 1) Aprovação do Nome e Razão Social da Cooperativa; 2) Aprovação do Nome Fantasia; 3) Leitura, análise e aprovação do estatuto social; 4)-Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal; 5) Outros Assuntos Pertinentes a Assembleia de Constituição. RJ – 28/05/2026. Coordenadores da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO e MAIQUE CASTRO – CRC RJ.

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA FINS INDUSTRIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro - Siquirj, respeitando as normas do seu Estatuto Social, convoca os associados para **Assembleia Geral Extraordinária**, que será realizada de forma presencial, no dia 11 de junho de 2026 às 9h30, em primeira convocação e, se não houver “quórum”, às 10h00, em segunda, em sua Sede Social do Siquirj, localizada na Av. Calógeras, 15 – 12º Andar – Centro, Rio de Janeiro, RJ, para discutir e deliberar sobre a pauta reivindicatória apresentada pelo Sindicato Profissional Traquimfar. Rio de Janeiro, 03 de junho de 2026.

**Isaac Plachta – Presidente**



## TECNOLOGIA

Gabriel Almeida Gomes  
growscale.com.br

Bacharel em Sistemas de Informação e pós-graduando em Análise, Gerenciamento e Inteligência de Negócio, é fundador da growtech™ – Tecnologia da Informação.

## Depois do smartphone, qual será a próxima tela?

Apple, Google, Meta e Samsung já investem bilhões para definir qual tecnologia poderá ocupar o espaço que os smartphones dominam há quase duas décadas. Durante quase 20 anos, o smartphone foi o principal centro da vida digital. Trabalhamos, estudamos, compramos, conversamos, assistimos vídeos, consumimos notícias e organizamos nossas rotinas através de uma tela que cabe no bolso. Desde o lançamento do iPhone, em 2007, poucas tecnologias conseguiram provocar uma mudança tão profunda na forma como pessoas e empresas se relacionam com o mundo digital.

Mas existe uma pergunta que começa a movimentar bilhões de dólares nos maiores centros de inovação do planeta: o que vem depois do smartphone? A resposta ainda não está totalmente definida. Mas os sinais já começam a aparecer. Nos últimos anos, empresas como Apple, Google, Meta e Samsung passaram a investir fortemente em novas formas de interação entre pessoas e tecnologia. Óculos inteligentes, dispositivos vestíveis, realidade aumentada e assistentes digitais cada vez mais avançados deixaram de ser apenas conceitos futuristas para se tornarem projetos estratégicos dessas organizações.

A disputa não parece ser mais sobre criar um celular melhor. A disputa parece ser sobre eliminar a necessidade de olhar para uma tela.

## A disputa não é mais sobre celulares

Essa mudança pode parecer pequena, mas representa uma transformação gigantesca. Hoje, para acessar uma informação, normalmente precisamos tirar o celular do bolso, desbloquear o aparelho, abrir um aplicativo e interagir com a interface. No futuro, parte dessas etapas pode simplesmente desaparecer.

Imagine receber informações através de um óculos inteligente durante uma caminhada. Ou pedir instruções para um assistente digital sem precisar tocar em nenhum dispositivo. Ou ainda visualizar informações contextualizadas sobre um ambiente sem precisar abrir um navegador.

A tecnologia caminha justamente nessa direção: tornar a interação cada vez mais natural e menos dependente de telas tradicionais. Não por acaso, os investimentos em realidade aumentada voltaram a crescer nos últimos anos. Diferentemente da realidade virtual, que cria ambientes totalmente digitais, a realidade aumentada adiciona informações ao mundo real. Isso permite que a tecnologia acompanhe o usuário em situações cotidianas sem interromper sua rotina. É exatamente esse conceito que tem atraído o interesse das grandes empresas do setor.

## A tecnologia quer desaparecer

Ao mesmo tempo, os avanços em inteligência artificial aceleram essa transformação. Se antes precisávamos navegar por menus e aplicativos para encontrar informações, agora sistemas conseguem compreender linguagem natural, interpretar contexto e fornecer respostas de forma muito mais direta. Isso abre espaço para dispositivos menores, mais discretos e integrados ao cotidiano.

Talvez o futuro não seja uma tela maior. Talvez seja justamente o contrário. Talvez a próxima grande revolução aconteça quando a tecnologia deixar de exigir nossa atenção constante.

Durante muitos anos, a lógica da inovação esteve associada a dispositivos mais rápidos, mais potentes e com telas cada vez maiores. Agora, surge uma nova possibilidade: tecnologia mais invisível. Uma tecnologia que acompanha o usuário sem ocupar o centro da experiência.

É importante lembrar que previsões tecnológicas nem sempre se concretizam da forma esperada. Diversas apostas consideradas revolucionárias acabaram não encontrando espaço no mercado. Mas existe uma diferença importante desta vez. As maiores empresas do mundo parecem concordar sobre a direção da mudança.

## Quem definirá a próxima plataforma digital?

Mesmo competindo entre si, Apple, Google, Meta e Samsung estão investindo em soluções que reduzem a dependência do smartphone como principal ponto de acesso ao ambiente digital. Isso não significa que os celulares desaparecerão nos próximos anos. Muito provavelmente continuarão presentes durante bastante tempo.

Mas a história da tecnologia mostra que toda plataforma dominante eventualmente encontra uma sucessora. O computador não desapareceu quando o smartphone surgiu. Ele apenas deixou de ocupar o papel central. Talvez estejamos começando a observar o mesmo movimento acontecer novamente. A grande questão não é se haverá uma tecnologia depois do smartphone. A grande questão é qual empresa conseguirá definir como será essa próxima experiência digital. E, pela primeira vez em muitos anos, essa disputa parece ter começado.

# Investimento estrangeiro em teles cresce 14% e soma R\$ 11,5 bi

O Brasil segue atraindo investidores internacionais para o setor de telecomunicações. Apenas em abril deste ano, o segmento recebeu R\$ 3 bilhões (US\$ 599 milhões) em investimentos estrangeiros diretos, valor 14% superior ao registrado no mesmo período de 2025. No acumulado do primeiro quadrimestre de 2026, os aportes internacionais já alcançam R\$ 11,5 bilhões, segundo dados do Banco Central analisados pelo Ministério das Comunicações.

O resultado reforça a confiança do mercado internacional no potencial de crescimento da infraestrutura digital brasileira, impulsionada pela expansão do 5G, pela ampliação das redes de conectividade e pelo avanço do país como um dos principais polos de data centers da América Latina.

“Esta alta mostra que o Brasil está no radar do mundo. Estamos avançando na expansão da infraestrutura digital, levando conectividade a regiões antes invisibilizadas e criando um ambiente favorável para novos negócios, inovação e geração de empregos”, destacou o ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho.

Os recursos direcionados ao setor são considerados estratégicos para acelerar a implantação do 5G, ampliar a cobertura de internet em regiões remotas, modernizar a infraestrutura digital e reduzir desigualdades de acesso à conectividade em todo o território nacional.

Os investimentos já se refletem em resultados concretos. A cobertura do 5G passou de 352 municípios, em dezembro de 2023, para mais de 1,4 mil cidades em 2026, ampliando o acesso

da população a serviços digitais de alta velocidade.

Programas estruturantes, como o Nordeste Conectado e o Norte Conectado, também contribuem para essa transformação. Juntas, as iniciativas levam infraestrutura de alta capacidade a 20 municípios de seis estados, beneficiando até 490 mil estudantes, conectando 473 escolas e 62 instituições de ensino e pesquisa, além de disponibilizar acesso gratuito à internet em praças públicas.

## Copa

Cerca de 246 mil famílias brasileiras vão poder acompanhar os jogos pela televisão aberta com qualidade de som, imagem e sem perder nenhum lance. É que o programa Brasil Antenado, do Ministério das Comunicações, distribuiu kit da nova parabólica digital a famílias de baixa renda que vivem em 323 municípios com baixa ou nenhuma cobertura de TV.

“O Brasil Antenado tem mudado a realidade de famílias em todo o país, de-

mocratizando o acesso à informação, que é um direito de todos. Estamos garantindo que a população, principalmente a mais vulnerável, assista à televisão aberta e acompanhe a evolução tecnológica do país”, reforçou o ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho.

A iniciativa é uma parceria do MCom e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com execução da Entidade Administradora da Faixa (EAF).

Ao todo, o Brasil Antenado atenderá 323 municípios, em 16 estados, com 650 mil famílias aptas ao recebimento.

## Como solicitar sua antena?

As famílias inscritas no CadÚnico nas cidades contempladas podem agendar a instalação pelo telefone/WhatsApp 0800 729 2404 ou pelo site [www.brasilantenado.org.br](http://www.brasilantenado.org.br). Todo o processo é gratuito, incluindo o fornecimento e a instalação do kit da nova parabólica digital.

# Venda de veículos novos no país sobe 15% até maio

Nos primeiros cinco meses do ano, foram vendidos 2.226.984 veículos novos, a segunda maior quantidade já registrada para o período desde 2011. O resultado foi 15,3% superior às vendas de igual período de 2025.

Os dados, divulgados nesta terça-feira, são da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve). A entidade leva em conta as vendas de automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motos e implementos rodoviários novos.

“O setor segue em trajetória positiva e demonstra o resultado dos programas como Carro Sustentável e

Move Brasil. A demanda permanece consistente e responde a incentivos que reduzem preços e taxas de juros para financiamentos, uma vez que o nosso setor é extremamente dependente de crédito, renda, confiança do consumidor, além da previsibilidade para investimentos”, destacou o presidente da Fenabreve, Arcelio Junior.

De acordo com a Fenabreve, os veículos que foram incluídos no Programa Carro Sustentável, do governo do Brasil, tiveram aumento nas vendas de 31,4% em relação ao período anterior à implementação do programa.

A comparação foi feita

entre o período de 11 de julho de 2025 a 31 de maio de 2026, depois do início do programa, frente a 11 de julho de 2024 a 31 de maio de 2025, antes do início.

Os segmentos de veículos e comerciais leves híbridos e também os veículos e comerciais leves elétricos puros foram os que apresentaram maiores crescimentos nas vendas nos primeiros cinco meses do ano, em comparação a igual período de 2025.

Com crescimento de 77,9% nesse comparativo, os automóveis e comerciais leves híbridos já somam 121.110 veículos vendidos até maio, contra 68.056 unidades comercializadas no mesmo perí-

odo do ano passado.

Os elétricos puros tiveram 69.347 unidades vendidas no acumulado do ano, até maio, contra 24.635 comercializadas no mesmo período de 2025, registrando crescimento de 181,5% nos cinco primeiros meses do ano.

A alta chega a 201,3% se for considerado o comparativo de vendas de maio deste ano com maio de 2025. “O mercado de elétricos segue em expansão, e agora vive uma fase de consolidação no Brasil. A evolução depende não apenas da oferta de veículos, mas também de infraestrutura, informação ao consumidor e previsibilidade regulatória”, ressaltou o presidente da Fenabreve.

# Setor de embalagens de papel registra recorde de vendas em abril

Dados da indústria de embalagens de papel indicam cenário favorável para setores como varejo, alimentos, agronegócio e e-commerce. Segundo a Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel), o setor comercializou 358.786 toneladas de embalagens, o maior volume já registrado para o mês de abril desde o início do indicador, em 2005.

Segundo o levantamento o número foi 5,5% superior ao resultado para o mesmo mês em 2025, com um total de 14.949 toneladas por dia. Em relação a março de 2026 o aumento foi de 2,9%. Segundo a associação, os dados são relativos ao aumento de aquisições por clientes que já atuam com esse tipo de embalagem.

A Empapel destacou que o levantamento, realizado

em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), costuma acompanhar altas na atividade industrial, pois o material “acompanha o desempenho de setores como produtos alimentícios, cosméticos, higiene, farmácias e comércio eletrônico”, refletindo a movimentação da economia real.

A atividade industrial se mantém estável, com ligei-

ro aumento em 2025, quando teve alta de 0,6%, pressionada pelos juros altos, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal, do IBGE. Em relação aos dados desse ano, o instituto indicou aumento de 1,3% na atividade industrial no primeiro trimestre e de 0,4% nos últimos doze meses, o que vai em direção semelhante aos apontamentos da Empapel.

# Como está a economia dos Estados Unidos?

Divulgação Avenue

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a economia dos Estados Unidos com William Castro Alves, estrategista-chefe da Avenue.

## De uma forma geral, como está a economia dos Estados Unidos?

Apesar de todos os riscos e receios, a economia dos Estados Unidos está indo bem. Em um cenário geopolítico conturbado, com brigas, discussões, desentendimentos políticos e tarifas, o país está apresentando bons números de crescimento e de atividade econômica.

Por exemplo, o PIB americano cresceu bastante no 3T25, mas desacelerou no 4T25, sendo que isso foi visto como normal, pois houve o shutdown do governo americano. No 1T26, o crescimento já revisado de 1,6% foi muito sustentado pelos investimentos em tecnologia, como infraestruturas de Inteligência Artificial (IA), datacenters e cloud. Para o 2T26, a projeção é de um novo crescimento robusto, 3%, sustentado pelos mesmos investimentos em tecnologia e pelas restituições do Imposto de Renda (refunds).

Em abril de 2025, Trump aprovou a lei que ficou conhecida como Big Beautiful Bill. Como os tax cuts entraram em operação em maio do ano passado, isso se refletiu nas restituições de Imposto de Renda pagas neste ano, sendo que esse dinheiro extra virou consumo. Isso mais do que compensou o receio que havia com os preços dos combustíveis mais elevados.

No final do dia, o setor de consumo continua resiliente, e o americano consumindo, apesar dos dados de confiança do consumidor estarem nas mínimas históricas. O americano está com medo de, eventualmente, perder o emprego, não conseguir trocar de emprego ou de não aumentar o salário, mas essa situação

já está assim desde que os Estados Unidos voltaram a ter inflação. O ponto é que isso não impediu os americanos de consumirem.

Com relação aos investimentos em tecnologia, a Big Beautiful Bill trouxe outro impulso favorável: uma depreciação mais rápida de vários componentes de tecnologia. Com isso, as empresas passaram a ter um incentivo para investir, pois como a depreciação, que não afeta caixa, aumentou, isso diminuiu os lucros e fez com que as empresas pagassem menos Imposto de Renda e ficassem com mais dinheiro em caixa para seguirem realizando esse tipo de investimento. Não é à toa que as empresas americanas estão investindo muito, até porque se elas não investirem, elas vão ficar para trás nessa corrida.

Tudo isso tem ajudado a economia dos Estados Unidos, que está longe dos cenários onde ela estaria mal, haveria estagflação ou haveria uma recessão por conta das tarifas, por conta do choque do petróleo ou por conta de qualquer coisa que o pessoal cria.

## O impacto do conflito no Oriente Médio se resumiu aos combustíveis ou houve outros impactos?

O aumento dos preços dos combustíveis impactou a inflação. Além disso, o orçamento de guerra aumentou, mas ele já vinha sendo aumentado, e Trump quer aumentá-lo ainda mais em 2027. O problema é que isso gera mais déficit e piora a questão fiscal. Junto a isso, a taxa de juros americana continua elevada, reflexo da inflação derivada dos preços dos combustíveis, sendo que quando os juros ficam mais altos, o refinanciamento da dívida também fica mais alto.

## Qual a sua avaliação sobre o comportamento da inflação?

A inflação está quente nos Estados Unidos, isso



William Castro Alves

é um fato, mas os últimos dados mostraram uma inflação um pouco mais branda do que o esperado. Isso não quer dizer que ela esteja controlada, pois quando se anula a inflação de um mês, três meses, seis meses ou 12 meses, todas elas estão bem acima da meta de inflação de 2% do Fed. Isso porque as médias estão rodando a 3%, 3,5%.

A inflação está elevada e a sua dinâmica preocupa, mas no início da guerra ela gerou preocupações maiores, pois não se sabia até onde o conflito e o preço do petróleo poderiam escalar. No WTI (West Texas Intermediate), o petróleo foi até US\$ 112 e voltou. Aliás, uma coisa que quase ninguém fala é que o preço do petróleo já caiu cerca de 15% desde a máxima, tanto que a gasolina já ficou um pouco mais barata aqui.

A inflação é um problema, continua assustando e deve permanecer elevada, até porque as cadeias demoram de três a seis meses para sentirem todos os impactos de um choque do petróleo. Com isso, todos os impactos seriam sentidos entre junho e agosto, para então a inflação começar a ceder. Isso porque, como o preço do petróleo já saltou,

mesmo que ele fique lá em cima, mas parado, a inflação já começaria a atenuar, já que o petróleo não estaria mais subindo.

Se o conflito for encerrado e o preço cair, a inflação poderia ceder mais e voltar para a meta, mas como ninguém espera isso para esse ano, os Estados Unidos vão conviver com uma inflação elevada ao longo de 2026.

## Como você está vendo as perspectivas da taxa de juros dos Estados Unidos?

Dado esse cenário, fica praticamente impossível para o Fed aprovar novos cortes de juros. Em 2025, o mercado acreditava que o banco central americano teria que cortar os juros, pois além do mercado de trabalho estar gerando receios naquele momento, a inflação estava caminhando para retornar a meta de 2%.

De lá para cá, a geração de empregos passou a mostrar consonância com o crescimento da economia, mas a preocupação com a inflação aumentou, tanto que na ata do último Fomec, realizado em abril, o comitê falou mais de inflação do que em emprego. Como, provavelmente, vai haver pouco espaço para cortes de juros, o consen-

so é de que os juros fiquem inalterados até dez/2026.

## Como você tem visto o comportamento do S&P500?

A volta do S&P500 foi muito rápida. Em abril, o índice subiu mais de 10%, o que é raro, sendo que essa alta teve continuidade em maio. Olhando para o curtíssimo prazo, fica a pergunta se não vai haver uma realização, já que são nove semanas consecutivas de alta.

Outro ponto é que os resultados vieram muito fortes, bem acima do que o mercado esperava, o que fez com que as projeções fossem revistas para cima. Obviamente, esse movimento foi puxado por tecnologia, especialmente semicondutores. Além disso, como o preço do petróleo saltou, isso significa mais margem e lucro para as empresas de energia/petróleo. Por mais que essas empresas não tenham a mesma importância do passado no S&P, elas ajudaram a empurrar para cima as projeções de lucro do índice, o que ajuda a sustentar a bolsa americana.

Uma característica interessante dessa alta é que quando se analisa o preço/lucro, a bolsa americana não ficou mais cara. Inclusive, ela está

negociando com múltiplos menores do que no início do ano. Apesar da alta do S&P, como a expectativa é que as empresas lucrem mais, a relação preço/lucro do índice não ficou mais alta.

## Esse é um bom momento para investir nos Estados Unidos ou é melhor esperar?

Esse momento nos mostra a consistência de se manter uma alocação global. Por exemplo, quem fez isso, percebeu as altas de abril e maio do S&P. Olhando para a frente, você só consegue surfar o boom de IA em países como Estados Unidos, Coreia do Sul, China, eventualmente Israel e alguma coisa da Europa, mas só através dos Estados Unidos você consegue surfar todas as teses relacionadas à tecnologia além de IA, como cloud, cyber e biotech.

Com relação ao dólar, ele parou de cair no mundo em julho de 2025, mas em relação ao real, ele seguiu caindo até recentemente. Como o Brasil tem uma eleição presidencial mais a frente e um cenário bastante incerto, esse benefício do dólar pode ser um fator importante na diversificação e proteção contra a valorização da moeda brasileira.

### REQUERIMENTO DE LICENÇA

ERO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A E OUTRA – CNPJ 30.240.444/0001-65, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-LMI-2023/00008, a renovação da Licença Municipal de Instalação para construção de grupo comercial situado à Av. das Américas, nº 2.480, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ.

### Sindicato da Indústria de Produtos Químicos Para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

**EDITAL**  
O Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro – Siquirj, pelo presente, convoca seus associados para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, que será realizada no dia 11 de junho de 2026, às 14 horas em primeira convocação e, se não houver “quórum” às 14h30min em segunda, conforme disposição estatutária, em sua sede social na Avenida Calógeras, nº15 – 12º andar, centro – Rio de Janeiro – RJ, para discutir e deliberar sobre a seguinte Pauta: 1) Relatório da Diretoria referente ao exercício de 2025; 2) Balanço e respectivo Parecer do Conselho Fiscal. Rio de Janeiro, 03 de junho de 2026.  
**Isaac Plachta – Presidente.**

Edital de Convocação para **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ASSOCIAÇÃO BAIXO GÁVEA TÁXI**, CNPJ nº 13.056.337/0001-62, com sede a Rua General Polidoro, 69 apt 305 – Botafogo – Rio de Janeiro – Cep: 22.280-004, na pessoa do **Diretor Presidente Pedro de Barros Neto**, no uso das atribuições estatutárias, convoca seus 28 (vinte e oito) associados, em dia com suas obrigações sociais, para **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se no dia **11/07/2026**, na sede social Rua General Polidoro, 69 apt 305 – Botafogo – Rio de Janeiro – Cep: 22.280-004, 1ª convocação às 09:00 horas, e, 2ª convocação às 10:00 horas, convoca seus associados para tratar dos seguintes assuntos: **1º Prestação de Contas do ano de 2025. 2º Eleição de Diretoria. 3º Eleição do Conselho Fiscal. 4º Eleição do Conselho de Ética e Disciplina.** Rio de Janeiro, 02 de Junho de 2026.  
**Diretor Presidente Pedro de Barros Neto.**

### ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DA CATARINENSE

CNPJ: nº 79.375.549/0001-10

### ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA AUTO VIAÇÃO 1001

CNPJ: nº 30.170.526/0001-80

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONJUNTO

### ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONJUNTA

Os Presidentes da Associação Recreativa Da Catarinense e da Associação Dos Funcionários Da Auto Viação 1001, no uso de suas atribuições estatutárias e legais, convocam todos os associados de ambas as entidades que estejam quites com suas obrigações sociais, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária Conjunta, a realizar-se no dia 03 de julho de 2026, conforme as informações abaixo: • **Local:** Auditório localizado na Rodovia Amaral Peixoto, nº 2401, Km 2,5, Baldeador, Niterói/RJ, onde ocorrerá o encontro; • **LDia e Horário (1ª Convocação):** Às **10h00** do dia 03 de julho de 2026, com a presença da maioria absoluta dos associados de cada associação; • **LDia e Horário (2ª Convocação):** Às **11h00** do dia 03 de julho de 2026, com qualquer número de associados presentes. A Assembleia instalar-se-á para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1. Discussão e deliberação sobre a incorporação da **Associação Recreativa Da Catarinense** pela **Associação dos Funcionários Da Auto Viação 1001**; 2. Aprovação da unificação das Associações, com a consequente sucessão de direitos e obrigações; 3. Exame, discussão e aprovação do Protocolo e Justificação da Incorporação; 4. Ratificação da nomeação da empresa especializada responsáveis pela avaliação do patrimônio líquido a ser vertido da associação incorporada para a associação incorporadora; 5. Deliberação acerca da alteração da denominação social da entidade incorporadora, que passará a denominar-se **Associação Dos Funcionários Das Empresas do Grupo JCA**; 6. Deliberação sobre eventuais alterações estatutárias necessárias à efetivação da incorporação e unificação associativa; e 7. Outros assuntos de interesse comum de ambas as associações. **Nota:** Esta convocação, também, está sendo anexada nos quadros de funcionários das empresas onde estão lotados os associados e entregues as secretarias de ambas as Associações, conforme seus Estatutos Sociais.

Niterói (RJ) 02 de junho de 2026.

### ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DA CATARINENSE

Presidente: **Roberto Carlos de Souza**

### ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA AUTO VIAÇÃO 1001

Presidente: **Valesca Rosa Dos Santos**

### APL - ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS E LEILÕES LTDA.

CNPJ: 29.953.833/0001-59

**Aviso de Leilão: APLBP23-26. Data:** 25 DE JUNHO de 2026, às 10 horas. **Local:** SOMENTE ONLINE; Sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br**. **Leiloeiro Oficial:** Geilson Almeida, matrícula 287 da JUCERJA. **Objeto:** leilão de Veículos conservados (automóveis, motocicletas etc.). A Prefeitura Municipal de BARRA DO PIRAI, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de veículos conservados, não retirados e/ou removidos por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram nos Pátios terceirizados da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto aos pátios, relacionados no edital de leilão, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br**

**Aviso de Leilão: APLBP24-26. Data:** 30 DE JUNHO de 2026, às 10 horas. **Local:** SOMENTE ONLINE; Sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br**. **Leiloeiro Oficial:** Alexandre da Silva Lacerda, matrícula 103 da JUCERJA. **Objeto:** Sucatas inservíveis não identificadas. A Prefeitura Municipal de BARRA DO PIRAI, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de sucatas inservíveis, não retirados e/ou removidos por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram nos Pátios terceirizados da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto aos pátios, relacionados no edital de leilão, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br**

**Aviso de Leilão: APLBPSUCATAS11-26. Data:** 30 de JUNHO de 2026, às 10 horas. **Local:** SOMENTE ONLINE; Sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br**. **Leiloeiro Oficial:** Alexandre da Silva Lacerda, matrícula 103 da JUCERJA. **Objeto:** Sucatas inservíveis não identificadas. A Prefeitura Municipal de BARRA DO PIRAI, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de sucatas inservíveis, não retirados e/ou removidos por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram nos Pátios terceirizados da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto aos pátios, relacionados no edital de leilão, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br**

### NOTA DE ESCLARECIMENTO

#### Eleições para Renovação da Diretoria, Conselho Fiscal e Representantes 2026/2030 do Sindicato dos Publicitários do Estado do RJ

O Sindicato dos Publicitários do Estado do Rio de Janeiro vem informar a todos os Associados, que não houve apresentação de chapas registradas para as eleições, no prazo estabelecido no edital publicado nos jornais: O Globo e Monitor Mercantil, no dia 26/05/2026. Será fixada, em breve, uma nova data para a realização das eleições, que seriam realizadas anteriormente no dia 25 de junho de 2026.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2026.

José Agenilson Santos

Presidente



SINDICATO DOS PUBLICITÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
WWW.SINDPUBRJ.COM.BR

Av. Beira Mar, 216 - Grupo 801 - Centro  
Rio de Janeiro - RJ - Tel. (21) 3212-4041  
sindpubrj@sindpubrj.com.br

# Produção de petróleo e gás superou expectativas em abril

## 5,640 mil de barris de óleo por dia contra 5,531 mil no mês anterior

Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) reportou que o Brasil registrou recorde na produção de petróleo e gás natural em abril, com 5,640 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d).

Os dados foram divulgados nesta terça-feira (2) no Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Natural. O recorde anterior foi registrado no mês passado (março),

quando foram produzidos 5,531 milhões de barris de óleo equivalente (boe/d) de petróleo e gás.

Com relação ao petróleo, foram extraídos 4,340 milhões de barris por dia (bbl/d), uma variação positiva de 2,2% na comparação com o mês anterior e aumento de 19,5% em relação ao mesmo mês de 2025.

A produção de gás natural em abril foi de 206,70 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d). Houve crescimento de 1,3% frente

a março e de 23% na comparação com abril de 2025. Pré-sal A ANP acrescentou que a produção total (petróleo + gás natural) no pré-sal, em abril, também teve novo recorde: 4,614 milhões de boe/d, o correspondente a 81,8% da produção brasileira. Houve crescimento de 3% em relação ao mês anterior e de 23,6% na comparação com o mesmo mês de 2025. Foram produzidos 3,568 milhões de bbl/d de petróleo e 166,40 milhões de m³/d de gás natural por

meio de 189 poços.

A agência reguladora mencionou que, em abril, o aproveitamento de gás natural foi de 97,8%. Foram disponibilizados ao mercado 63,54 milhões de m³/d e a queima foi de 4,52 milhões de m³/d. Houve queda de 17,2% na queima, em relação ao mês anterior, e de 9,3% na comparação com abril de 2025.

### Origem da produção

No mês, os campos ma-

riúmos produziram 98,1% do petróleo e 88% do gás natural. Os campos operados pela Petrobras, sozinha ou em consórcio com outras empresas, foram responsáveis por 88,98% do total produzido. A produção teve origem em 6.118 poços, sendo 592 marítimos e 5.526 terrestres.

O campo de Búzios, na Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo, registrando 910,10 mil bbl/d. Mero foi o campo com a

maior produção de gás natural, também na Bacia de Santos, com 46,22 milhões de m³/d.

As instalações com as maiores produções foram o FPSO Almirante Tamandaré, no Campo de Búzios/Tambuatá/Búzios ECO (contrato de partilha do volume excedente da cessão onerosa), para o petróleo (248.587 bbl/d); e o FPSO Marechal Duque de Caxias, no campo de Mero, para o gás (13,08 milhões de m³/d).

# Petrobras aprova adesão à subvenção adotada pelo Governo

O Conselho de Administração da Petrobras, em reunião nesta segunda-feira, aprovou a adesão da companhia à subvenção econômica aos produtores e

importadores de óleo diesel de uso rodoviário no país, no valor de R\$ 1,12 por litro comercializado, instituída pela Medida Provisória 1.363, de 30 de maio. O ajuste nos seus preços de

venda de óleo diesel valem a partir desta terça-feira (2).

“Diante do caráter facultativo e do potencial benefício, entende-se que essa adesão é compatível com o interesse da companhia

e preserva a flexibilidade da Petrobras na implementação da sua estratégia comercial”, explica a empresa. A adesão à nova subvenção é complementar à adesão anteriormente autorizada

pela Medida Provisória nº 1.358/2026, de 13 de maio.

Segundo a Agência Brasil, a Petrobras informa que mantém sua estratégia comercial levando em consideração sua participação no mercado,

a otimização dos seus ativos de refino e a rentabilidade de maneira sustentável, evitando o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações internacionais e da taxa de câmbio.

B&T PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF nº 14.344.269/0001-08						
Balancos patrimoniais - Exercício findo em 31/12/2025 e 2024						
Ativo	2025	2024				
<b>Ativo Circulante</b>	<b>132.684</b>	<b>127.825</b>				
Disponibilidades	127.707	123.402				
Impostos a recuperar	4.977	4.423				
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>22.578.762</b>	<b>24.824.258</b>				
Outros créditos	3.600	3.600				
Investimento	22.575.162	24.820.658				
<b>Total do ativo</b>	<b>22.711.446</b>	<b>24.952.083</b>				
<b>Passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>				
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.032</b>	<b>193</b>				
Outras Obrigações	1.032	193				
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>2.500</b>	<b>2.500</b>				
Provisão para Passivos Contingentes	2.500	2.500				
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>22.707.914</b>	<b>24.949.390</b>				
Capital Social	14.018.740	14.018.740				
Reserva Legal	858.514	858.514				
Reservas de Lucros	7.830.660	10.072.136				
Prejuízos acumulados	-	-				
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>22.711.446</b>	<b>24.952.083</b>				
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercício findo em 31/12/2025 e 2024. 1. Contexto operacional.</b> A B&T Participações S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima, de capital fechado, tem por objeto social a participação societária em instituições financeiras, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Mercado, 11, 14º andar, Centro. <b>2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.</b> 2.1. Base de elaboração. As demonstrações contábeis da Companhia são de responsabilidades da Administração e foram preparadas de acordo com as diretrizes da Lei no. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº. 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia com ata de reunião realizada pelos acionistas em 30/04/2026. <b>2.2. Descrição das principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis.</b> a) Moeda funcional e de apresentação. As demonstrações contábeis são apresentadas em mil de reais (R\$ mil), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. b) Caixa e equivalentes de caixa. As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com CPC 03, sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 dias. c) Investimento. O investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, segundo o qual a participação proporcional nos lucros ou prejuízos dessa Companhia é reconhecida na demonstração do resultado. d) Outros ativos e passivos circulantes. São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes respectivamente. e) Provisão para imposto de Renda e Contribuição Social. A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido. A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240.000. A provisão para Contribuição Social é constituída à alíquota de 9% do lucro tributável. f) Apuração do resultado. As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do pagamento ou recebimento. <b>3. Disponibilidades</b>						
Depósitos Bancários	2025	2024				
	3.689	3.756				
Aplicações em certificados de depósito bancário	124.018	119.646				
	<b>127.707</b>	<b>123.402</b>				
<b>4. Impostos a recuperar</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>				
Impostos a recuperar	4.977	4.423				
	<b>4.977</b>	<b>4.423</b>				
<b>5. Outros créditos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>				
Bloqueios judiciais	3.600	3.600				
	<b>3.600</b>	<b>3.600</b>				
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31/12/2025 e 2024						
	Capital social	AFAC	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>14.017.840</b>	<b>900</b>	<b>781.348</b>	<b>11.771.758</b>	-	<b>26.571.846</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.543.323	1.543.323
Reserva Legal	-	-	77.166	-	(77.166)	-
Reserva de Lucro	-	-	-	1.466.157	(1.466.157)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(3.165.779)	-	(3.165.779)
Aumento de Capital	900	(900)	-	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>14.018.740</b>	<b>-</b>	<b>858.514</b>	<b>10.072.136</b>	<b>-</b>	<b>24.949.390</b>
Prejuízo Líquido do período	-	-	-	-	(2.241.476)	(2.241.476)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucro	-	-	-	(2.241.476)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31/10/2025</b>	<b>14.018.740</b>	<b>-</b>	<b>858.514</b>	<b>7.830.660</b>	<b>-</b>	<b>22.707.914</b>
Demonstrações dos resultados - Exercício findo em 31/12/2025 e 2024						
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>			
Resultado d e Operações com Títulos e Valores Imobiliários		16.084	27.553			
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		16.084	27.553			
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		(2.253.698)	1.564.665			
Outras despesas administrativas	10	(7.202)	(7.126)			
Despesas tributárias	11	(1.000)	(7.548)			
Resultado de participação em controladas	7	(2.245.496)	1.444.948			
Outras receitas (despesas) operacionais	12	-	134.391			
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no resultado</b>		<b>(2.237.614)</b>	<b>1.592.218</b>			
Imposto de renda	13	(2.413)	(34.320)			
Contribuição social	13	(1.448)	(14.575)			
<b>Lucro líquido</b>		<b>(2.241.475)</b>	<b>1.543.323</b>			
Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31/12/2025 e 2024						
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>			
Lucro líquido do exercício		(2.241.475)	1.543.323			
<b>Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido</b>	6	2.245.496	(1.444.948)			
Equivalência patrimonial		-	-			
<b>Varição de ativos e passivos operacionais</b>		-	1.762.112			
Varição de Títulos e Valores Imobiliários		(556)	(823)			
Varição em outros ativos		840	(88.495)			
Varição em outras obrigações		4.305	1.771.169			
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>4.305</b>	<b>1.771.169</b>			
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>						
Dividendos recebidos		-	1.500.000			
Dividendos pagos		-	(3.165.779)			
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>(1.665.779)</b>			
<b>Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>4.305</b>	<b>105.390</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		123.402	18.012			
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	3	<b>127.707</b>	<b>123.402</b>			
<b>9. Outras despesas administrativas</b>		<b>2025</b>	<b>2024</b>			
Despesas de publicações		(1.995)	(1.890)			
Despesas bancárias		(989)	(848)			
Despesas serviços técnico especializado		(2.420)	(4.388)			
Despesas de Manutenção e Processamento de Dados		(511)	-			
Taxas Municipais		(1.287)	-			
		<b>(7.202)</b>	<b>(7.126)</b>			
<b>10. Despesas Tributárias</b>		<b>2025</b>	<b>2024</b>			
Contribuição ao Cofins		-	(4.858)			
Contribuição PIS/PASEP		-	(1.053)			
Outras		(1.000)	(1.637)			
		<b>(1.000)</b>	<b>(7.548)</b>			
<b>11. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>		<b>2025</b>	<b>2024</b>			
Juros de Capital Próprio		-	134.391			
Outras Despesas Operacionais		-	-			
		<b>-</b>	<b>134.391</b>			
<b>12. Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>2025</b>	<b>2024</b>			
IRPJ		32%	32%			
CSLL		32%	32%			
Alíquota aplicada sobre a Receita		16,085	16,085			
Receitas Financeiras		161,930	161,930			
Base de Cálculo		16,085	161,930			
Alíquota utilizada para cálculo		15% e 10%	9% 15% e 10%			
Imposto de Renda e Contribuição Social		<b>(2.413)</b>	<b>(1.448)</b>			
<b>13. Eventos subsequentes.</b> Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.						

A DIRETORIA - Contador: Maximiano Alves da Cunha Junior - CRC RJ 102.802/O-2

Assine o jornal

# Monitor Mercantil

(21) 3849-6444





# CELEO REDES TRANSMISSÃO E RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 30.700.656/0001-88

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/>

Balancos patrimoniais (controladora e consolidado) Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)					Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado) Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)						
Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora e Consolidado		Reserva de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	2025	2024	2025	2024		Capital Social	Legal				
Caixa e equivalentes de caixa		57	59	1.997							
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	18.429	40.441	108.951							
Contas a receber, concessionárias e permissionárias	9	-	-	23.018							
Imposto de Renda e contribuição social a recuperar		677	158	12.590							
Outros impostos e contribuições a recuperar		226	122	721							
Dividendos	25 (d)	52.484	7.714	-							
Ativo de contrato	10	-	-	212.787							
Despesa antecipada		-	-	2.700							
Outros ativos		76	3	6.274							
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>71.949</b>	<b>48.497</b>	<b>369.038</b>							
Depósitos judiciais		-	-	476							
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	-	115	49.243							
Ativo de contrato	10	-	-	3.350.716							
Adiantamento para futuro aumento de capital	25 (a)	12.500	-	-							
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>12.500</b>	<b>115</b>	<b>3.400.435</b>							
Direito de uso	11 (a)	-	-	6.875							
Investimento	12	1.207.053	579.962	-							
Imobilizado	13	-	-	669.998							
Intangível	13	-	-	1.229							
<b>Total do imobilizado + intangível + investimento</b>		<b>1.207.053</b>	<b>579.962</b>	<b>678.102</b>							
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.219.553</b>	<b>580.077</b>	<b>4.078.537</b>							
<b>Total do ativo</b>		<b>1.291.502</b>	<b>628.574</b>	<b>4.447.575</b>							
Fornecedores	14	431	424	65.342							
Financiamentos	15	-	-	56.637							
Debêntures	15	-	-	45.261							
Passivo de arrendamento	11 (b)	-	-	889							
Outros impostos e contribuições a recolher		105	123	13.006							
Pis e Cofins diferidos	16	-	-	19.098							
Encargos setoriais		-	-	3.025							
Dividendos	25 (e)	75.485	102	75.485							
Contas a pagar		-	-	-							
Outros passivos		635	549	19.102							
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>76.656</b>	<b>1.198</b>	<b>297.845</b>							
Financiamentos	15	-	-	1.431.678							
Debêntures	15	-	-	733.148							
Passivo de arrendamento	11 (b)	-	-	7.178							
Pis e Cofins diferidos	16	-	-	308.824							
Provisão para desmobilização		-	-	7.574							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	426.371							
ICMS a recolher	18	-	-	19.974							
Adiantamento para futuro aumento de capital	25 (b)	12.500	-	12.500							
Contingência	19	-	-	137							
Outros passivos		27	-	27							
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>12.527</b>	<b>-</b>	<b>2.947.411</b>							
<b>Total dos passivos</b>		<b>89.183</b>	<b>1.198</b>	<b>3.245.256</b>							
Capital social	20 (a)	952.805	618.593	952.805							
Reserva de lucros	20 (b)	24.283	8.477	24.283							
Dividendos adicionais propostos	20 (c)	225.231	306	225.231							
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.202.319</b>	<b>627.376</b>	<b>1.202.319</b>							
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.291.502</b>	<b>628.574</b>	<b>4.447.575</b>							

Demonstrações do resultado (controladora e consolidado) Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)					
Nota	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
<b>Receita operacional líquida</b>	21	<b>809</b>	<b>772</b>	<b>1.599.502</b>	<b>203.943</b>
Custo de Construção	22 (a)	-	-	(860.188)	-
Custos operacionais	22 (b)	(3.298)	(3.647)	(71.302)	(67.058)
<b>(Prejuízo) lucro bruto</b>		<b>(2.489)</b>	<b>(2.875)</b>	<b>668.012</b>	<b>136.885</b>
Despesas gerais e administrativas	22 (c)	(363)	(155)	(4.238)	(2.502)
Provisão para perda esperada de crédito	9	-	-	(1.229)	(231)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(363)</b>	<b>(155)</b>	<b>(5.467)</b>	<b>(2.733)</b>
<b>Resultado antes das (despesas) receitas financeiras</b>		<b>(2.852)</b>	<b>(3.030)</b>	<b>662.545</b>	<b>134.152</b>
Receitas financeiras		2.181	759	22.505	12.456
Despesas financeiras		(6)	(27)	(189.199)	(126.674)
<b>Resultado financeiro</b>	23	<b>2.175</b>	<b>732</b>	<b>(166.694)</b>	<b>(114.218)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	12	316.791	2.728	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>316.114</b>	<b>430</b>	<b>495.851</b>	<b>19.934</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(2.706)	(2.764)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(177.031)	(16.740)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	24	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(179.737)</b>	<b>(19.504)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>316.114</b>	<b>430</b>	<b>316.114</b>	<b>430</b>

Demonstrações do resultado abrangente (controladora e consolidado) Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)					
Nota	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
Lucro líquido do exercício		316.114	430	316.114	430
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>316.114</b>	<b>430</b>	<b>316.114</b>	<b>430</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Contexto operacional:** A Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 7 de maio de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem solar, bem como a manutenção de redes de transmissão. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo Redes). A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em R\$ 4.707 em 31 de dezembro de 2025 na controladora (positivo em 31 de dezembro de 2024) devido à constituição dos dividendos a pagar para sua acionista. No entendimento da Administração, a geração de caixa da Companhia permanece suficiente para honrar suas obrigações de curto prazo. Adicionalmente, a acionista dispõe de recursos que podem ser utilizados por meio de aportes de capital, caso necessário, o que reforça a capacidade de liquidez da Companhia. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 25 de maio de 2026. Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Políticas contábeis materiais:** Uma nova norma contábil foi efetiva para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou a nova norma contábil (listada abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado), visto que não é aplicável.

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras (controladora e consolidado), salvo indicado ao contrário.

Prática	Nota explicativa	Descrição
<b>Base de consolidação</b>	-	(i) Controladas A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. (ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia o controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. (iii) Transações eliminadas na consolidação Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas, se aplicável, são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	-	Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e os investimentos de alta liquidez em Operações Compromissadas e Certificados de Depósitos bancários (CDB), com prazo de vencimento de 3 (três) meses ou menos (a contar da data de contratação), com risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem a esses critérios são classificados como títulos e valores mobiliários.
<b>Títulos e valores mobiliários – circulante e não circulante</b>	8	Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento e das debêntures.

Prática	Nota explicativa	Descrição
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	-	Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e os investimentos de alta liquidez em Operações Compromissadas e Certificados de Depósitos bancários (CDB), com prazo de vencimento de 3 (três) meses ou menos (a contar da data de contratação), com risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem a esses critérios são classificados como títulos e valores mobiliários.
<b>Títulos e valores mobiliários – circulante e não circulante</b>	8	Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento e das debêntures.

Prática	Nota explicativa	Descrição
<b>Imobilizado</b>	13	(a) Reconhecimento e mensuração Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos dos empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. (b) Custos subsequentes Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. (c) Depreciação A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são: (a) central fotovoltaica - 30 anos; e (b) Instalações - que é composto por (b.1) terreno - não são depreciados; (b.2) edificações - 30 anos; (b.3) veículos - 7 anos; e (b.4) móveis e utensílios - 16 anos. (d) Provisão para desmobilização A desmobilização refere-se à obrigação de remoção de equipamentos e restauração do terreno arrendado para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica do parque fotovoltaico. Conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, os custos de desmobilização do parque fotovoltaico são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi baseada nas taxas de títulos públicos. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo. A obrigação da desmobilização é de responsabilidade da SJP III. Em razão disso, a parcela atribuída à Companhia é reconhecida contabilmente como um passivo, classificado em contas a pagar à SJP III.
<b>Arrendamento</b>	11	A Companhia tem como base a norma IFRS 16 (CPC 06 – R2) aplica o modelo de contabilização de arrendamentos mercantil para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo (contrato de prazo igual ou inferior a 12 meses) e arrendamentos de ativo de baixo valor. A Companhia remensura seu passivo de arrendamento em razão de reavaliações ou modificações do arrendamento, para refletir pagamentos fixos na essência revisados. Tais ajustes são diretamente levados contra o ativo "direito de uso".
<b>Receitas e despesas financeiras</b>	23	A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prática	Nota explicativa	Descrição	Prática	Nota explicativa	Descrição
		<p>(a) Classificação e mensuração</p> <p>Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos.</p> <p>Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.</p> <p>A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:</p> <p>(i) Custo amortizado</p> <p>Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto.</p> <p>Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.</p> <p>(ii) VJR</p> <p>Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.</p> <p>(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros</p> <p>Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.</p> <p>A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.</p> <p>Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.</p>			
<b>Instrumentos financeiros – Classificação e mensuração</b>	15		<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	17 e 24	<p>O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.</p> <p>A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.</p> <p>(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.</p> <p>Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p> <p>(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos</p> <p>Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.</p> <p>Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.</p> <p>Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.</p> <p>A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.</p> <p>Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p>
			<b>José Maurício S. de Souza</b> Diretor Executivo		<b>Marcus Hansen Balata</b> Diretor Administrativo
			<b>Bruno M. S. M. Melo</b> Contador - CRC-RJ 111193/O-8		
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>					
<b>Aos acionistas e Diretores da Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. - Rio de Janeiro – RJ - Opinião -</b>					
<p>Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). <b>Base para opinião</b> - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores</b> - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b> - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b> - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>					
			<b>KPMG</b> KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ		<b>Milena dos Santos Rosa</b> Contadora CRC RJ-100983/O-7

# Itaipu já destinou R\$ 5,7 bi para modicidade tarifária

## Conta de Comercialização ajuda a reduzir custo para milhões de consumidores

Desde 2023, a Itaipu Binacional destinou cerca de R\$ 5,7 bilhões para promover a modicidade tarifária e reduzir os custos da energia elétrica para milhões de consumidores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País. Os recursos são aplicados por meio de aportes na Conta de Comercialização da energia da usina, administrada pela ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional), responsável pela gestão desses valores no sistema elétrico.

A estratégia, definida pelo Governo do Brasil após a quitação da dívida histórica contraída para a

construção da hidrelétrica, permitiu manter a tarifa de repasse da Itaipu em US\$ 17,66 por kW/mês até dezembro de 2026, mesmo valor praticado desde 2024. “São recursos que têm contribuído diretamente para reduzir a pressão sobre as tarifas, conter a inflação e manter o custo da energia em patamares mais estáveis ao consumidor”, afirmou o diretor-geral brasileiro da Itaipu, Enio Verri.

Somente em 2026, já foram destinados R\$ 1,5 bilhão para a Conta de Comercialização, valor que deve subir até o final do ano.

Parte desses recursos retornou diretamente à população por meio do chamado

Bônus Itaipu, identificado na própria conta de energia. Em janeiro de 2025, o crédito concedido aos consumidores alcançou R\$ 1,3 bilhão, beneficiando cerca de 78,3 milhões de brasileiros. No mesmo ano, foram destinados outros R\$ 936,8 milhões ao mecanismo.

Tarifa mais barata

Hoje, a energia de Itaipu entregue às distribuidoras cotistas possui custo inferior ao da energia proveniente das usinas hidrelétricas cotistas e significativamente abaixo da média de aquisição do mercado regulado brasileiro.

Com custo em torno de R\$ 217/MWh, frente a uma média superior a R\$ 340/

MWh no ACR (Ambiente de Contratação Regulada), Itaipu consolidou-se como uma das fontes de energia mais competitivas do Brasil, ampliando os benefícios da quitação de sua dívida de construção para os consumidores.

A série histórica demonstra uma queda consistente. Até 2021, a tarifa de repasse da Itaipu permaneceu estável, com média de US\$ 27,86 por kW/mês. A quitação da dívida de construção da usina, em 2023, permitiu uma redução de 27,4%. Para o período de 2024 a 2026, com a tarifa fixada em US\$ 17,66 por kW/mês, a queda acumulada chega a cerca de 36,6%, na comparação com 2021.

“Itaipu deixou de carregar o peso financeiro de sua construção e passou a entregar ao consumidor um dos menores custos de energia do mercado regulado brasileiro. É a demonstração de que um grande ativo de infraestrutura pode continuar gerando benefícios econômicos e sociais muito além da sua implantação”, reforçou o diretor financeiro executivo da usina, André Pepitone.

A combinação entre a redução estrutural da tarifa de Itaipu e os aportes realizados na Conta de Comercialização fez com que os benefícios da quitação da dívida fossem percebidos diretamente pelos consumidores,

seja por meio da contenção tarifária, seja por mecanismos de devolução de recursos, como o Bônus Itaipu.

A partir de 2027, o valor da tarifa dependerá das negociações entre Brasil e Paraguai, conforme estabelecido no Tratado de Itaipu. Qualquer alteração deverá ser construída consensualmente entre os dois países.

“Nosso compromisso é continuar trabalhando para que os ganhos obtidos com a quitação da dívida se traduzam em tarifas cada vez mais competitivas. A expectativa é que o consumidor brasileiro continue colhendo os benefícios desse processo nos próximos anos”, concluiu Enio Verri.

# China divulga plano quinquenal para modernização agrícola e rural

O Conselho de Estado, o gabinete ministerial da China, divulgou um plano para acelerar a modernização agrícola e rural durante o período do 15º Plano Quinquenal (2026-2030).

O plano visa acelerar a modernização da agricultura e das áreas rurais para impulsionar a modernização chinesa e identificou

tarefas-chave e medidas políticas para esse objetivo durante o período.

De acordo com o plano, até 2030, a segurança alimentar do país será continuamente reforçada; a qualidade, a eficiência e a competitividade da agricultura serão ainda mais aprimoradas; e as conquistas na redução da pobreza serão consolidadas e ampliadas.

O plano visa aumentar significativamente a autossuficiência e a força do país em ciência e tecnologia agrícolas, dar passos importantes na transformação da agricultura em uma grande indústria moderna e continuar a aumentar a renda dos agricultores em um ritmo relativamente rápido até 2030.

Segundo a Agência Xinhua, o plano também propõe esforços acelerados para construir um campo belo e harmonioso onde as pessoas possam viver e trabalhar, exigindo novos avanços no desenvolvimento integrado das áreas urbanas e rurais e conquistas notáveis no desenvolvimento de alta qualidade da agricultura e das áreas rurais.

## COLÔNIA DE FÉRIAS SENALBA RIO CAPITAL / APIERJ CNPJ 31.698.341/0001-06 CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA RENOVAÇÃO DE MANDATO

O presidente da Colônia, nas atribuições que confere o seu estatuto, inscrito no CNPJ 31.698.341/0001-06, o Sr. Fernando dos Santos, inscrito no CPF 073.330.147-97, vem por meio deste Edital convocar sua diretoria e afins para deliberar sobre os seguintes temas: a) Eleição para renovação de mandato do Presidente e Diretoria; b) Extinção desta Colônia de Férias; c) Doação de todos os valores que se encontram na conta corrente nº 0271549-0 - Banco Bradesco - Ag. 1899 para APIERJ. Realização no dia 17/06/2026 por sistema digital pelo Google Meet em chamada única no horário das 19:00 horas. Rio de Janeiro, 2 de junho de 2026. Fernando dos Santos - Presidente.

## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 52ª VARA CÍVEL – COMARCA DA CAPITAL/RJ Av. Erasmo Braga, 115 – 3º andar, L1, Sl. 301 – Centro – RJ – CEP: 20020-903

Tel.: (21) 3133-2664 – E-mail: cap52vciv@tjrj.jus.br

**EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE Execução de Título Extrajudicial – Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício, MOVIDA POR CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SEGURASIL em face de RIOMARINE OIL E GÁS ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS LTDA – PROCESSO Nº 0100067-38.2018.8.19.0001, na forma abaixo:**  
O(A) Doutor(a) **MARIA CECÍLIA PINTO GONÇALVES** – Juíza de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) - **RIOMARINE OIL E GÁS ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS LTDA** - que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público Alexandro da Silva Lacerda – JUCERJA nº 103 / TJ-RJ Cód. 32, **NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE: Primeiro Leilão, por valor igual ou superior à avaliação, que será encerrado no dia 23/06/2026 às 12h00 e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação (mínimo R\$ 262.500,00), que será encerrado no dia 25/06/2026 às 12h00.** O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, [www.alexandroleiloeiro.com.br](http://www.alexandroleiloeiro.com.br), na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do § único do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias corridos de antecedência. **DO BEM A SER LEILOADO: Salão 1901 do edifício em construção situado na Rua do Ovidor, nº 121, suplementar pela Avenida Rio Branco 102-A, e sua correspondente fração ideal de 5/200 do terreno – CEP: 20010-150 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – Área total: 311,00 m² – Matrícula nº 12.323 – 2º Ofício do Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro (Certidão nº 26/013076, emitida em 04/05/2026) – Inscrição no FRE sob o nº 1.295.892 / CL 6192 – Proprietário: RIOMARINE OIL E GÁS ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 31.451.933/0001-29. (...)** **CONCLUSÃO: Valor de Liquidação para Leilão: R\$ 525.000,00.** E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cauteladas de estilo, que será publicado através do portal de editais do Sindicato dos Leiloeiros do Estado do Rio de Janeiro: [www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br](http://www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br) e no sítio do leiloeiro público: [www.alexandroleiloeiro.com.br](http://www.alexandroleiloeiro.com.br), na forma do artigo 887, § 2º do CPC e afixado no local de costume, ficando o(s) Executado(s) (**RIOMARINE OIL E GÁS ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS LTDA**) intimado(s) da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRÁ-SE. Dado e passado, nesta Cidade do Rio de Janeiro, em 06 de maio de 2026. **MARIA CECÍLIA PINTO GONÇALVES** – Juíza de Direito. **SL 2148 – 1087/2026**

REQUERIMENTO DE LICENÇA  
**VITAL MESTRES CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL LTDA** inscrita no CNPJ 27.113.682/0001-03 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo nº 001600.001110/2026-30, a Licença Ambiental Municipal para Serviços de Manutenção dos Sistemas de Infraestrutura em Favelas Urbanizadas e Parcialmente Urbanizadas na Cidade do RJ - AP 5 - RPs - Campo Grande e Bangú.

## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CARTÓRIO DA 45ª VARA CÍVEL – COMARCA DA CAPITAL/RJ Av. Erasmo Braga, 115, L1, Sl. 326 a 330 B – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20020-903

Tel.: (21) 3133-3681 – E-mail: cap45vciv@tjrj.jus.br

**EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE Execução de Título Extrajudicial – CPC – Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício, MOVIDA POR CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SANTA ISABEL EM FACE DE CENTRO DE CLÍNICAS DO DISTRITO FEDERAL S/A E SOCIEDADE UNIDA DE CONSTRUÇÕES LTDA – PROCESSO Nº 0105825-61.2019.8.19.0001, NA FORMA ABAIXO:**  
O(A) Doutor(a) **MARCIO ALEXANDRE PACHECO DA SILVA** – Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) – **CENTRO DE CLÍNICAS DO DISTRITO FEDERAL S/A E SOCIEDADE UNIDA DE CONSTRUÇÕES LTDA** – que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, matriculado na JUCERJA sob o número 103, cadastrado no TJ/RJ sob o número 32, com escritório na Rua São José, 40/4º – Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.010-020, tel.: (21) 3559-2092 e (21) 97500-8904, devidamente nomeado e autorizado pelo Douto Juízo supramencionado, **NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE: Primeiro Leilão, por valor igual ou superior à avaliação, que será encerrado no dia 23/06/2026 às 14h00h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação, que será encerrado no dia 25/06/2026 às 14h00h.** O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, [www.alexandroleiloeiro.com.br](http://www.alexandroleiloeiro.com.br), na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do § único do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência. **FLS. 518/519- LAUDO DE AVALIAÇÃO INDIRETA: IMÓVEL:** situado na Rua Taylor nº 31 apto. 724 – Centro, devidamente dimensionado e caracterizado no 9º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, sob a matrícula nº 338.350 e Inscrição Municipal nº 0675032-7, 9 (...) Avalio o Bem Imóvel, indiretamente, em R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cauteladas de estilo, que será publicado através do portal de editais do Sindicato dos Leiloeiros do Estado do Rio de Janeiro: [www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br](http://www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br) e no sítio do leiloeiro público: [www.alexandroleiloeiro.com.br](http://www.alexandroleiloeiro.com.br), na forma do artigo 887, § 2º do CPC e afixado no local de costume, ficando o(s) Executado(s) (**CENTRO DE CLÍNICAS DO DISTRITO FEDERAL S/A E SOCIEDADE UNIDA DE CONSTRUÇÕES LTDA**) intimado(s) da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRÁ-SE. Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 06 de maio de 2026. **MARCIO ALEXANDRE PACHECO DA SILVA** – Juiz de Direito. **SL 2150 – 1090/2026**

## Assembleia Geral Extraordinária da AAPBB/FAPES Telepresencial em 11/06/2026 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**1. Convocação.** Em conformidade com o art. 22, INCISO I, §1º, item I, do ESTATUTO da Associação dos Assistidos do Plano Básico de Benefícios da FAPES-AAPBB/FAPES, a sua Presidente convoca os associados a participarem da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Associação, que será conduzida em forma **telepresencial** (o associado participa e interage em sala virtual (*on-line*) do Zoom, quando da exposição dos itens de Pauta e esclarecimento de dúvidas, e vota por meio digital, podendo usar para isso seu computador, *tablet* ou celular). **2. Etapas: local, data, hora e procedimento:** A AGE ocorrerá no dia 11/06/2026 (quinta-feira), e será realizada de forma telepresencial por meio do aplicativo Zoom, pelo [link: https://us06web.zoom.us/j/85008935292?pwd=vYVvCP1lMvN0ep6f4n1DR457ZpnKrk.1](https://us06web.zoom.us/j/85008935292?pwd=vYVvCP1lMvN0ep6f4n1DR457ZpnKrk.1)  
A sessão será iniciada às 12 h, quando ocorrerá a primeira chamada, caso seja totalizada a maioria absoluta (metade mais um) dos associados em condição de participar de assembleias, ou às 12:30h, com qualquer quórum, quando ocorrerá a votação da pauta descrita no item 3 abaixo, que perdurará até as 17 h. A votação será conduzida e auditada pela empresa PANÁGORA, empresa especializada em sistemas de votação *on-line*. **3. Assuntos de Pauta 3.1** - Autorização para a AAPBB/FAPES propor ação coletiva de rito ordinário, na qualidade de substituta processual de seus associados, em face da União Federal/Fazenda Nacional, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com o objetivo de assegurar o direito à dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física – IRPF, dos valores vertidos a título de contribuições extraordinárias (equacionamento de déficit) ao Plano Básico de Benefícios – PBB administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, observando-se o limite legal de 12% (doze por cento) do total dos rendimentos computados na determinação da base de cálculo do imposto devido na declaração de rendimentos, nos termos da Lei Complementar nº 109/2001 e das Leis nº 9.250/1995 e nº 9.532/1997, inclusive para fins de reconhecimento do direito à restituição/compensação dos valores pagos indevidamente nos últimos 5 (cinco) anos, conforme entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema Repetitivo nº 1.224. Fica consignado, ainda, que eventual procedência, total ou parcial, da ação coletiva não importará em execução automática ou irrestrita em favor de todos os substituídos, ficando o eventual cumprimento de sentença condicionado à análise individual de cada associado interessado, mediante prévia triagem jurídica e contábil destinada à verificação da efetiva titularidade do direito discutido, da adequação da sentença coletiva ao caso concreto e da existência de valores eventualmente passíveis de restituição ou compensação. Preenchidos tais requisitos, a execução do título executivo judicial e o respectivo cumprimento de sentença serão promovidos de forma individualizada, em ações executivas próprias, que serão direcionadas e patrocinadas pelo escritório Derby Advogados Associados, que é conveniado à AAPBB/FAPES para atuação em defesa dos interesses de seus associados. **3.2.** Autorização para a AAPBB/FAPES, fazendo uso de todos os instrumentos legais cabíveis, requerer

perante a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC acesso, participação, manifestação, vista, extração e obtenção de cópias de documentos e informações em processos administrativos, podendo apresentar requerimentos, impugnações, questionamentos, sugestões de alterações e demais medidas pertinentes, bem como atuar administrativa e judicialmente, inclusive por meio de mandato de segurança ou de qualquer outra medida judicial adequada ao caso concreto, com o objetivo de assegurar o cumprimento de direitos e prerrogativas relacionados ao Plano Básico de Benefícios administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES. A autorização compreende, especialmente, questões relativas aos Planos de Equacionamento de Déficit de 2015 e 2017 do Plano Básico de Benefícios – PBB da FAPES, a alterações regulamentares, fiscalizações, denúncias, procedimentos preparatórios, consensuais e sancionatórios, bem como aos atos relacionados à migração de participantes e assistidos do PBB para o Plano Básico de Benefícios de Contribuição Definida – PBB-CD, às alterações substanciais promovidas no regulamento do plano originário e à aplicação do regulamento do novo plano CD, autorizados pela Portaria PREVIC nº 96, de 29 de janeiro de 2026. A presente autorização abrange, ainda, a adoção de medidas relacionadas a quaisquer procedimentos administrativos ou judiciais que possam impactar ações em curso envolvendo a AAPBB/FAPES ou afetar os direitos e interesses de seus associados. **4. Habilitação para a Assembleia:** Estarão habilitados a participar todos os associados que estiverem adimplentes com as suas obrigações (Art. 21 do Estatuto da AAPBB/FAPES). **5. Forma de Votação:** A votação acerca dos itens da pauta da AGE descritos no item 3 do presente, terá início imediatamente após o encerramento das atividades descritas no item 2 do presente, sendo feita de forma remota para todos os associados habilitados. As orientações relativas à votação virtual e demais informações serão divulgadas previamente à Assembleia por *e-mail* direcionado aos associados devidamente cadastrados no Sistema Clubes Associados de uso da AAPBB/FAPES, assim como no dia da votação, durante a Assembleia. Ademais, conforme art. 26 do Estatuto da AAPBB/FAPES, “qualquer Associado poderá exercer seu direito de voto através de procuração outorgada em favor de Associado adimplente com suas obrigações, ou qualquer representante legal, sujeito às seguintes regras: I – a procuração deverá especificar a assembleia à qual se destina, bem como a finalidade da votação; II – a procuração deverá ter firma reconhecida; III – a cada procurador será permitido representar apenas 1 (um) Associado por assembleia”. **6. Encerramento da AGE** Encerrado o período de votação, os votos serão totalizados pela PANÁGORA e será disponibilizado a todos os associados o resultado da votação. **7. Disposições Complementares** A Direção da Associação se empenhará em auxiliar os afiliados com dificuldades de conhecimento da plataforma e dos procedimentos, buscando tranquilidade e eficácia do processo. Eventuais dúvidas ou considerações sobre este Edital devem ser encaminhadas até as 12h do dia 08/06/2026, ao e-mail: [secretaria@AAPBB-fapes.org.br](mailto:secretaria@AAPBB-fapes.org.br) ou pelo WhatsApp: 55 21 97530-4082 (Secretaria da AAPBB/FAPES). Rio de Janeiro, 3 de junho de 2026. **ANGELA REGINA PEREIRA DE CARVALHO**  
Presidente da AAPBB/FAPES

## Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

CNPJ nº 33.254.319/0001-00 – NIRE 33.300.316.906

### Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária

**Data, Hora, Local:** Em 22.4.2026 às 9h, na sede social, Rua Senador Dantas, 61, 2º andar, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-202. **Mesa:** Presidente: José Ramos Rocha Neto; Secretário: Antonio Campanha Junior. **Quórum de Instalação:** Totalidade do capital social. **Presença Legal:** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação, em conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Publicações prévias:** Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2025, foram publicados em 23.3.2026 na Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional - BACEN, em atendimento ao disposto no Artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. **Disponibilização de Documentos:** Os documentos citados no item “Publicações prévias”, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação do acionista. **Deliberações:** I) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; II) aprovaram a destinação proposta pela Diretoria, do lucro líquido, obtido pela Sociedade no exercício social encerrado em 31.12.2025, no valor de R\$17.964.121,55 (dezesete milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, cento e vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos), que, após absorção do ajuste negativo de avaliação patrimonial atuarial no valor de R\$767.120,19 (setecentos e sessenta e sete mil, cento e vinte reais e dezenove centavos), e somado ao efeito positivo de adoção inicial Resolução CMN nº 4.966/2021 no valor de R\$2.643.178,17 (dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil, cento e setenta e oito reais e dezessete centavos), foi distribuído da seguinte forma: R\$1.068.721,00 (um milhão, sessenta e oito mil, setecentos e vinte e um reais) para a conta “Reserva de Lucros - Reserva Legal”; R\$15.229.274,18 (quinze milhões, duzentos e vinte e nove mil, duzentos e setenta e quatro reais e dezeto centavos) para a conta “Reserva de Lucros - Estatutária”; e R\$5.076.424,73 (cinco milhões, setenta e seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e três centavos) para pagamento de dividendos, os quais deverão ser pagos até 30.6.2026; III) reelegeram, para compor a Diretoria da Sociedade, **Diretor Geral: José Ramos Rocha Neto**, brasileiro, casado, bancário, RG 52.969.025-1/SSP-SP, CPF 624.211.314-72; **Diretor Executivo: Marcos Valério Tescarolo**, brasileiro, casado, bancário, RG 16.367.864-9/SSP-SP, CPF 085.195.768-42; **Diretores: Francisco Henrique França Fernandes**, brasileiro, casado, bancário, RG 720.332/SSP-RN, CPF 490.625.654/68; **Vinícios Panaro**, brasileiro, casado, bancário, RG 32.506.870-7/SSP-SP, CPF 321.279.048/26; **Marcos Daniel Boll**, brasileiro, casado, bancário, RG 4.581.243-0/SSP-PR, CPF 829.357.189/68; **Antonio Campanha Junior**, brasileiro, casado, bancário, RG 21.858.522-6/SSP-SP, CPF 167.477.158/45; **Daniilo Luís Damasceno**, brasileiro, divorciado, bancário, RG 28.047.481-7/SSP-SP, CPF 200.051.688/21; **Patricia Kessler de Assumpção**, brasileira, casada, bancária, RG 22.760.701/DETRAN/SP, CPF 350.601.738-10; **Clayton Neves Xavier**, brasileiro, casado, bancário, RG 22.251.048-1/SSP-SP, CPF 103.750.518/21; **Cristiano Adjuto e Campos**, brasileiro, casado, bancário, RG 8.278.249, SSP-MG, CPF 007.993.096-48; e elegeram, **Diretor, André David Marques**, brasileiro, casado, bancário, RG 19.374.704-2/SSP-SP, CPF 934.928.129/53, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-000. Os Diretores reeleitos e eleito: 1) firmaram declaração referente ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; 2) terão: a) seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após os que tomarem posse de seus cargos; b) mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos novos diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2029; II) fixaram o valor mensal individual de R\$2.000,00 (dois mil reais) para remuneração dos administradores reeleitos e eleito, enquanto permanecerem no exercício de suas funções na Sociedade. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrição CRC 15296875/0-4, Gustavo Mendes Bonini será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: José Ramos Rocha Neto; Secretário: Antonio Campanha Junior; Acionista: Banco Bradesco S.A. representado por seus Diretores, José Ramos Rocha Neto e Antonio Campanha Junior; Auditor: Gustavo Mendes Bonini. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Antonio Campanha Junior - Secretário. **Certidão:** Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo. NIRE: 333.0031.690-6. Certificado o arquivamento em 26.5.2026 sob o número 00007797980.

## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

42ª Vara Cível da Comarca da Capital

Av. Erasmo Braga, 115, 115 Salas 310B, 312B e 314B,  
Centro – Rio de Janeiro/RJ- CEP: 20020-903

Tel.: (21) 3133-3014 – E-mail: cap17vciv@tjrj.jus.br

**EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS, MOVIDA POR CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ODEON em face de RICARDO JUAN ANTONIO LLOBET RABASSA – PROCESSO 0342432-60.2017.8.19.0001, na forma abaixo:**  
O(A) Doutor(a) **KATIA CILENE DA HORA MACHADO BUGARIM** – Juíza de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) - **RICARDO JUAN ANTONIO LLOBET RABASSA** - que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, **NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE:** O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, [www.alexandroleiloeiro.com.br](http://www.alexandroleiloeiro.com.br), na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do § único do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência do **Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, que será encerrado no dia 23/06/2026 às 11:30h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação, que será encerrado no dia 25/06/2026 às 11:30h.** **DO BEM A SER LEILOADO: BEM PENHORADO FLS. 182 / BEM AVALIADO FLS.: 297: SALA 618, RGI - FL.: 286, MATRÍCULA: 14462-2-Z CARTÓRIO: 7º RGI, IPTU - FL.: 292 INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 01633536, SITUADA NA PRAÇA MAHATMA GANDHI, Nº 2 (EDIFÍCIO ODEON) – CENTRO / RJ. (...)** Avalio o imóvel acima descrito em R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais). Avaliação correspondente a 36.835,90 UFIR, sendo a **avaliação atualizada R\$ 182.720,85** (cento e oitenta e dois mil, setecentos e vinte reais e oitenta e cinco centavos). E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cauteladas de estilo, ficando o(s) Executado(s)/Condôminos(s) (**RICARDO JUAN ANTONIO LLOBET RABASSA**) intimado(s) da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRÁ-SE. Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 16 de abril de 2026. Eu, digitei \_\_\_\_\_, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo \_\_\_\_\_. (ass.) **KATIA CILENE DA HORA MACHADO BUGARIM** – Juíza de Direito. **2100**

**FERIADO CORPUS CHRISTI**

Comunicamos aos leitores, Agências de Publicidade e anunciantes como será a circulação do Monitor Mercantil neste período.

**FECHAMENTO DE PUBLICIDADE**

3 de junho (quarta-feira) até as 18h.

**DATAS DE CAPA**

4, 5, 6, 7 e 8 de junho de 2026  
Edição única

E-mail: [publicidade@monitormercantil.com.br](mailto:publicidade@monitormercantil.com.br) / Tel.: (21) 3849-6444

## Seguro

# Cartões de desconto e pré-pagos na área da saúde

## ANS abre chamada pública para ajudar a definir regras

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) abriu, nesta terça-feira, a Chamada Pública nº 4, com o objetivo de receber informações sobre empresas que oferecem serviços de cartões de desconto, cartões pré-pagos e serviços semelhantes na área da saúde. O prazo para envio de contribuições vai até 3 de agosto de 2026.

A atuação da ANS sobre o mercado de cartões deconto, cartões pré-pagos e serviços correlatos de saúde é, também, consequência da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que

confirmou a competência e estabeleceu que a agência deve regular e fiscalizar essas atividades. Com a medida, a ANS pretende reunir dados que possibilitem entender melhor como esses serviços funcionam e, com isso, desenvolver uma futura regulamentação que traga mais clareza, segurança e proteção para os consumidores.

“Precisamos conhecer esse mercado, saber quais são as empresas que atuam nele, como são os produtos e como são os serviços oferecidos”, explica o diretor-presidente da Agência, Wadih Damous. Segundo ele, essas informações são importantes para que a ANS avalie se há necessidade de estabelecer regras mais claras para esse tipo de serviço, garantindo que o consumidor saiba exatamente o que está contratando.

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

tor-presidente da Agência, Wadih Damous. Segundo ele, essas informações são importantes para que a ANS avalie se há necessidade de estabelecer regras mais claras para esse tipo de serviço, garantindo que o consumidor saiba exatamente o que está contratando.

Segundo ele, essas informações são importantes para que a ANS avalie se há necessidade de estabelecer regras mais claras para esse tipo de serviço, garantindo que o consumidor saiba exatamente o que está contratando.

### Análise

As empresas participantes deverão informar, entre outros pontos: como o serviço funciona e quais atendimentos são oferecidos; se existem limitações, carências ou exclusões de

cobertura; forma de pagamento, reajustes e condições de cancelamento; tipo de rede de atendimento (própria, credenciada ou livre escolha); preços cobrados e perfil do público atendido; e informações econômico-financeiras das empresas; A participação é aberta às entidades privadas, incluindo pessoas jurídicas de direito privado, serviços sociais autônomos, sociedades civis, empresárias ou autônomas, que realizem atividades de administração, disponibilização ou comercialização de serviços de assistência à saúde

A participação é aberta às entidades privadas, incluindo pessoas jurídicas de direito privado, serviços sociais autônomos, sociedades civis, empresárias ou autônomas, que realizem atividades de administração, disponibilização ou comercialização de serviços de assistência à saúde

<b>AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA.</b> <div>CNPJ/MF nº 05.078.415/0001-00 - NIRE 3523309535-6</div> <b>ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2026</b>
<b>1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:</b> Em 27 de abril de 2026, às 11:00 horas, os sócios da Agropecuária Rio Arataú Ltda. ("Sociedade"), se reuniram na Cidade e Estado de São Paulo, Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 750, 9º andar, cj 94, Parte R, Itaim Bibi, CEP 04.530-0001. <b>2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:</b> Convocação dispensada, nos termos do artigo 1.072, §2º, da Lei nº 10.406/02, por estarem presentes os sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade, a saber: <b>ÁLYA CONSTRUTORA S.A.</b> ("ALYA"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.412.792/0001-60, com atos constitutivos registrados na Junta Comercial do estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 3330001541-8, com sede na Rua Santa Luzia, nº 651, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.030-041, neste ato representada por seus Diretores, <b>GUILHERME SILVA NUNES</b> , brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº 11709373, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.989.166-84 e <b>MÁRCIO JOSÉ PACHECO DE MESQUITA</b> , brasileiro, divorciado, contador, portador da carteira de identidade de registro geral nº 5.714.420, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 002.284.664-66, ambos com endereço profissional na Rua Santa Luzia, nº 651, 20º e 21º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro-RJ, CEP 20.030-041; e <b>TRANSPORTADORA GUARANY</b> , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.323.438/0001-27, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Pernambuco - JUCEPE em 06/11/2009, sob o NIRE 26201790698, com sede e foro na Cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, no Engenho Comporta, s/nº, sala 01, CEP 54345-625, neste ato representada por seu Diretor <b>FREDERICO MARANHÃO DE AZEVEDO MELLO</b> , brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, inscrito no CPF/MF sob o nº 036.494.914-78, portador da carteira de identidade nº 6101726, emitido pela SSP-PE, com endereço comercial na Rua Engenho Comporta, s/n, Comportas, CEP 54.345-625. <b>3. MESA:</b> Presidente: Guilherme Silva Nunes; e Secretário: Marcio Jose Pacheco de Mesquita. <b>4. ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:</b> Após exame e discussão da matéria apresentada, os práticos todos os atos necessários à efetivação e formalização da redução do prazo previsto no artigo 1.078, § 1º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; b) Sem restrições ou ressalvas, aprovar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não havendo resultados a serem distribuídos em virtude de prejuízo apurado no exercício. c) Autorizar a redução de capital social da Companhia no valor total de <b>R\$10.610.551,52 (dez milhões, seiscentos e dez mil quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos)</b> , na proporção e pelas razões abaixo estipuladas: (i) R\$5.610.551,52 (cinco milhões, seiscentos e dez mil quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos), para amortização de prejuízos acumulados, nos termos do artigo artigos 1.082, inciso I, da Lei nº 10.406/2002; (ii) R\$5.000,00 (cinco mil reais) em ações ordinárias, em caráter excessivo, sendo que o montante ora reduzido será restituído às sócias na proporção de suas respectivas participações na Sociedade, nos termos dos artigos 1.082, inciso II, e 1.084 da Lei nº 10.406/2002. d) Em razão da deliberação acima mencionada, o capital social da Companhia passa dos atuais R\$16.349.359,00 (dezesseis milhões, trezentos e quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e nove reais), dividido em 16.349.359 (dezesseis milhões, trezentas e quarenta e nove mil, trezentas e cinquenta e nove) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) <b>para</b> R\$5.738.807,48 (cinco milhões, setecentos e trinta e oito mil, oitocentos e sete reais e quatrocentos e sete centavos), representado por 5.738.807 (cinco milhões, setecentos e trinta e oito mil, oitocentos e sete) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real), totalmente subscritas e integralizadas pelas sócias. e) Autorizar que a administração apresente todos os atos necessários à efetivação e formalização da redução de Capital Social ora aprovada, incluindo, sem limitação, a celebração de todos os documentos necessários para restituição dos valores devidos às sócias em razão da redução de capital e a publicação desta ata para os fins legais, em versão completa ou simplificada. A redução do capital social ora aprovada será considerada efetivada após decorrido o prazo legal de 90 (noventa) dias para a manifestação dos credores, contados da publicação desta ata, nos termos do Código Civil, sendo que a presente ata juntamente com a respectiva alteração do contrato social da Sociedade formalizando a redução de capital ora aprovada serão arquivadas perante a Junta Comercial de São Paulo após o transcurso do referido prazo. f) Aprovar a lavratura sumariada desta ata, determinando o arquivamento na Carteira de Registro de Imóveis da Prefeitura Municipal de São Paulo, e o representante dos sócios realizada. <b>5. ENCERRAMENTO:</b> Nada mais havendo a aprovar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, na forma de sumário, que foi lida, aprovada e assinada pelos sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade. São Paulo/SP, 27 de abril de 2026. <b>Guilherme Silva Nunes</b> - Presidente da Mesa; <b>Marcio Jose Pacheco de Mesquita</b> - Secretário da Mesa; <b>ÁLYA CONSTRUTORA S.A.</b> - Guilherme Silva Nunes e Marcio Jose Pacheco de Mesquita; <b>TRANSPORTADORA GUARANY LOGÍSTICA LTDA.</b> - Frederico Maranhão de Azevedo Mello

<b>AMICO SAÚDE S.A.</b> <div>CNPJ/MF nº 51.722.957/0001-82 - NIRE: 35.300.680.090</div> <b>ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2026</b>
<b>1. Hora, Data e Local:</b> Às 10 horas do dia 18 de maio de 2026, na sede social da Amico Saúde S.A. ("Amico" ou "Companhia"), localizada na Rua Cubatão, nº 1089/1090, Vila Mariana, São Paulo, SP, CEP: 04013-004. <b>2. Convocação e Presença:</b> Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas do Livro de Presença de Acionistas. Presentes também a contadora da Companhia, Sra. Maria de Fátima de Brito, inscrita no CRC/RJ sob o nº 08950/0-0, e o representante da Grant Thornton Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, Sr. Paulo Alcorado Cavalcante Neto, inscrito no CRC/SP sob o nº 354.256/0-5. <b>3. Publicação:</b> O relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram publicados no jornal "Monitor Mercantil de São Paulo", na edição do dia 13 de maio de 2026. <b>4. Mesa:</b> Para presidir os trabalhos, as acionistas indicaram a Sr.ª Sancha Lima Caminha Dias, que atuou como Sr. Carlos Eduardo Lourenço para secretária-los. <b>5. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária:</b> 5.1. Tomar as contas dos administradores, examina, discutir e deliberar sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 5.2. Deliberar sobre a proposta da administração para contabilização do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 5.3. Fixar remuneração global anual dos Diretores da Companhia para o exercício de 2026. <b>Em Assembleia Geral Extraordinária:</b> 5.4. Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, com a consequente alteração do <b>capítulo Artigo 9º</b> do Estatuto Social da Companhia; 5.5. Aprovar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação da deliberação acima aprovada; e 5.6. Consolidar o Estatuto Social da Companhia. <b>6. Deliberações:</b> Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, as acionistas deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue. Com relação às matérias de <b>Assembleia Geral Ordinária:</b> Preliminarmente, o Sr. Presidente registrou que, em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, foram publicados no jornal "Monitor Mercantil de São Paulo", na edição do dia 13 de maio de 2026, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. 6.1. Após exame e discussão, foi aprovado o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. 6.2. Foi aprovada a proposta da Administração para contabilização do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 104.015.927,92 (cento e quatro milhões, quinze mil, novecentos e vinte e sete reais e noventa e sete centavos), da seguinte forma:

<b>Contabilização do prejuízo apurado no exercício social findo em 31.12.25 (R\$)</b>	
Saldo de prejuízos acumulados em 31.12.2024	(109.264.947,78)
<b>Prejuízo apurado no exercício encerrado em 31.12.2025</b>	<b>(104.015.927,92)</b>
Saldo de prejuízos acumulados em 31.12.2025	(213.280.875,70)
6.3. Além do tanto, foi aprovado que os diretores não receberão remuneração no exercício social em encerrado em 31 de dezembro de 2026. Com relação às matérias de <b>Assembleia Geral Extraordinária:</b> 6.4. Os acionistas aprovam, por unanimidade e sem ressalvas, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 101.300.000,00 (cento e um milhões e trezentos mil reais), do qual se passará de R\$ 1.778.161.243,21 (um bilhão, setecentos e setenta e oito mil e sessenta e um mil, duzentos e quarenta e três reais e vinte e um centavos), dividido em 2.568.804,696 (duas bilhões, quinhentas e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos), mediante a emissão de 173.031.062 (cento e setenta e três milhões trinta e uma mil e sessenta e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,59 por ação, na forma do §1º, inciso II, do art. 170 da Lei nº 6.404/76. 6.4.1. As ações emitidas em função do aumento do capital ora aprovado foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A. ("AMIL"), nos termos do Boletim de Subscrição que consta como <b>Anexo I</b> a esta ata. As novas ações terão as mesmas características e vantagens das ações ordinárias atualmente existentes, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, participando em igualdade de condições, a todos os benefícios, inclusive a dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser aprovadas. 6.4.2. Ato contínuo, o <b>capítulo do Artigo 5º</b> do Estatuto Social da Companhia é alterado, passando a vigorar com a seguinte nova redação: " <b>Artigo 5º.</b> O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em bens suscetíveis de avaliação pecuniária e moeda corrente do país, é de R\$ 1.879.461.243,21 (um bilhão oitocentos e setenta e nove milhões quatrocentos e sessenta e um mil duzentos e quarenta e três reais e vinte e um centavos), dividido em 2.741.835.758 (dois bilhões setecentos e quarenta e um milhões oitocentos e trinta e cinco mil setecentos e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal". 6.5. Os acionistas autorizam a administração da Companhia a emitir, no prazo de validade do presente ato, até o limite de 200 mil ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, em nome da Companhia, para o exercício de 2026. 6.6. Os acionistas aprovam a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma do <b>Anexo II</b> a presente ata. <b>7. Encerramento:</b> Nada mais havendo a tratar, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e sua publicação com omissão da assinatura dos acionistas, nos termos do §1º e §2º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. <b>Presença:</b> Amil Assistência Médica Internacional S.A. e S.ª Santa Helena Assistência Médica S.A. <b>Certifico que a presente é a cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.</b> São Paulo, 18 de maio de 2026. <b>Francielly Lima Caminha Dias</b> - Presidente; <b>Carlos Eduardo Lourenço</b> - Secretário. <b>Anexo I - STATUTO SOCIAL AMICO SAUDE S.A.</b> CNPJ/MF nº 51.722.957/0001-82 - NIRE: 35.300.680.090. <b>Capítulo I - Denominação, Sede Social e Duração.</b> <b>Artigo 1º.</b> A Companhia é uma sociedade anônima regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), cuja denominação legal é <b>AMICO SAÚDE S.A.</b> ("Amico" ou "Companhia"). <b>Artigo 2º.</b> A Companhia tem sede administrativa na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Cubatão, nº 1089/1090, Vila Mariana, CEP: 04013-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.722.957/0001-82, podendo manter filiais escritórias e representações em qualquer localidade do país. <b>Parágrafo Único</b> - A Companhia, por resolução de seus diretores, poderá abrir, manter ou extinguir filiais ou outras dependências, em qualquer parte do	

território nacional ou no exterior, fixando o respectivo capital, destacado do da matriz. **Artigo 3º.** A duração da Companhia será por tempo indeterminado. **Capítulo II - Objeto.** **Artigo 4º.** O objeto social compreende: a) o desenvolvimento de sistemas de prestação de serviços de saúde, através de hospitais, casas de saúde e clínicas em geral; b) aquisição, no mercado doméstico ou internacional, de equipamentos, aparelhos, instrumental e medicamentos para os serviços de saúde e hospitalares; c) a prestação de serviços inerentes a hospitais, ambulatórios e laboratórios e às suas instalações e equipamentos, ficando certo que os serviços médicos deverão ser prestados por profissionais habilitados e registrados, assegurada a autonomia e liberdade de desempenho profissional; d) a participação societária em empresas do ramo hospitalar e de saúde; e e) a exploração acessória de espaços físicos próprios exclusivamente para publicação institucional ou comercial de terceiros, sem interferência na atividade médica, assistencial ou nas decisões clínicas. **Parágrafo Único:** A sede social da Companhia será sede administrativa. **Artigo 5º.** O capital social da Companhia é totalmente subscrito e integralizado, em bens suscetíveis de avaliação pecuniária e moeda corrente do país, é de R\$ 1.879.461.243,21 (um bilhão oitocentos e setenta e nove milhões quatrocentos e sessenta e um mil duzentos e quarenta e três reais e vinte e um centavos), dividido em 2.741.835.758 (dois bilhões setecentos e quarenta e um milhões oitocentos e trinta e cinco mil setecentos e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente. Caso algum acionista desista, por escrito, do seu direito de preferência, ou não manifestar dentro de 30 (trinta) dias contados da data da consulta, caberá aos demais acionistas, na proporção das ações possuídas, o direito à subscrição dessas ações. **Parágrafo 2º.** A subscrição de ações do capital para integralização a prazo fica sujeita ao pagamento integral previsto na forma da lei, devendo o direito ser pago nas condições fixadas pela Diretoria. **Parágrafo 3º.** Cada ação é indivisível e confere o direito a um voto nas deliberações sociais, que serão sempre tomadas por maioria de votos, salvo se previsto de forma diversa em lei ou neste contrato social. **Parágrafo 4º.** Após integralizado o capital social da Companhia e deliberado o seu aumento, os Acionistas terão até 30 (trinta) dias para exercer o seu direito de preferência para participar do aumento do capital social, na proporção de sua participação. Os acionistas que tenham interesse em participar do aumento do capital deverão faz-lo mediante aviso, por escrito, à Diretoria da Companhia. Decorrido o prazo para o exercício do direito de preferência previsto neste parágrafo, a Diretoria deverá convocar uma Assembleia para deliberar sobre a modificação do capital social. **Parágrafo 5º.** Os acionistas somente poderão ceder o seu direito de preferência total ou parcialmente, a outros acionistas ou a terceiros com a aprovação de acionistas representando a maioria do capital social. **Capítulo IV - Da Administração.** **Artigo 6º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída por até 3 (três) Diretores, em conjunto ou isoladamente, que poderão ser acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, e deverão ser eleitos pela Assembleia Geral, por no mínimo, metade do capital social com direito a voto, sendo (i) 01 (um) Diretor Presidente; (ii) 01 (um) Diretor Vice-Presidente; e (iii) 01 (um) Diretor sem Designação Específica. **Artigo 7º.** A administração da Companhia caberá, em conjunto, aos não acionistas (I) Sr. ANDERSON LUIS DE ALVAREGA NASCIMENTO, brasileiro, casado, médico, portador da carteira de identidade nº Mº 4249\*, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº nº 133.736-\*\*, para ocupar o cargo de Diretor Presidente; (II) o Sr. KEWTON ESPER ARAGÃO, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da carteira de identidade nº Mº 228.77\*, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº nº 928.196-\*\*, para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente; e (III) a Sra. FRANCIELLY LIMA CAMINHA DIAS, brasileira, casada, enfermeira, portadora da carteira de identidade nº nº 310.626-X, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº nº 514.338-\*\*, para ocupar o cargo de Diretora sem Designação Específica, todos com endereço comercial na Avenida Doutor Chico Zaidan, s/nº, Torre B, Empreendimento EZ Towers, 7º, 8º, 9º, 16º, 20º e 23º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, CEP: 04711-130, que representará a Companhia, em conjunto, ativa e passivamente perante qualquer órgão ou pessoa jurídica de natureza pública ou privada, podendo ainda nomear representantes legais para ações ou processos específicos, bem como indicar preposto, representante legal e nomear procuradores em geral, que poderão assinar, em conjunto, com os poderes e atribuições de plena gestão, autorizando o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos acionistas ou de terceiros. **Parágrafo 1º.** Todos os documentos de responsabilidade da Companhia, tais como: cheques, notas promissórias, contratos de empréstimos e outros compromissos semelhantes, serão sempre assinados por: (a) por quaisquer dois Diretores, em conjunto; (b) por qualquer Diretor com poderes para tanto. **Parágrafo 2º.** Aos Diretores e aos acionistas e aos procuradores da Companhia para tal fim, nos termos do art. 1.018 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), ou (d) por um procurador nos mandatos com cláusula "ad judicia", bem como naqueles que demandem poderes específicos por exigência legal ou a critério da Companhia observando o que estabelecem os parágrafos seguintes.

**Parágrafo 2º.** O prazo de gestão de cada Diretor será de até 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 3º.** Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores. **Parágrafo 4º.** Os Diretores serão nomeados e destituídos mediante a expressa anuência dos acionistas detentores da maioria das ações representativas do capital social. A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, dispensada qualquer garantia de gestão. **Parágrafo 5º.** O endosso de cheques para depósito em contas bancárias em nome da Companhia será assinado pelos Diretores ou por qualquer um dos procuradores com poderes para tanto. **Parágrafo 7º.** A administração da Companhia caberá, em conjunto, aos não acionistas (I) Sr. ANDERSON LUIS DE ALVAREGA NASCIMENTO, brasileiro, casado, médico, portador da carteira de identidade nº Mº 4249\*, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº nº 133.736-\*\*, para ocupar o cargo de Diretor Presidente; (II) o Sr. KEWTON ESPER ARAGÃO, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da carteira de identidade nº Mº 228.77\*, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº nº 928.196-\*\*, para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente; e (III) a Sra. FRANCIELLY LIMA CAMINHA DIAS, brasileira, casada, enfermeira, portadora da carteira de identidade nº nº 310.626-X, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº nº 514.338-\*\*, para ocupar o cargo de Diretora sem Designação Específica, todos com endereço comercial na Avenida Doutor Chico Zaidan, s/nº, Torre B, Empreendimento EZ Towers, 7º, 8º, 9º, 16º, 20º e 23º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, CEP: 04711-130, que representará a Companhia, em conjunto, ativa e passivamente perante qualquer órgão ou pessoa jurídica de natureza pública ou privada, podendo ainda nomear representantes legais para ações ou processos específicos, bem como indicar preposto, representante legal e nomear procuradores em geral, que poderão assinar, em conjunto, com os poderes e atribuições de plena gestão, autorizando o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos acionistas ou de terceiros. **Parágrafo 1º.** Todos os documentos de responsabilidade da Companhia, tais como: cheques, notas promissórias, contratos de empréstimos e outros compromissos semelhantes, serão sempre assinados por: (a) por quaisquer dois Diretores, em conjunto; (b) por qualquer Diretor com poderes para tanto. **Parágrafo 2º.** Aos Diretores e aos acionistas e aos procuradores da Companhia para tal fim, nos termos do art. 1.018 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), ou (d) por um procurador nos mandatos com cláusula "ad judicia", bem como naqueles que demandem poderes específicos por exigência legal ou a critério da Companhia observando o que estabelecem os parágrafos seguintes. **Parágrafo 2º.** O prazo de gestão de cada Diretor será de até 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 3º.** Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores. **Parágrafo 4º.** Os Diretores serão nomeados e destituídos mediante a expressa anuência dos acionistas detentores da maioria das ações representativas do capital social. A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, dispensada qualquer garantia de gestão. **Parágrafo 5º.** O endosso de cheques para depósito em contas bancárias em nome da Companhia será assinado pelos Diretores ou por qualquer um dos procuradores com poderes para tanto. **Parágrafo 7º.** A administração da Companhia caberá, em conjunto, aos não acionistas (I) Sr. ANDERSON LUIS DE ALVAREGA NASCIMENTO, brasileiro, casado, médico, portador da carteira de identidade nº Mº 4249\*, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº nº 133.736-\*\*, para ocupar o cargo de Diretor Presidente; (II) o Sr. KEWTON ESPER ARAGÃO, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da carteira de identidade nº Mº 228.77\*, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº nº 928.196-\*\*, para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente; e (III) a Sra. FRANCIELLY LIMA CAMINHA DIAS, brasileira, casada, enfermeira, portadora da carteira de identidade nº nº 310.626-X, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº nº 514.338-\*\*, para ocupar o cargo de Diretora sem Designação Específica, todos com endereço comercial na Avenida Doutor Chico Zaidan, s/nº, Torre B, Empreendimento EZ Towers, 7º, 8º, 9º, 16º, 20º e 23º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, CEP: 04711-130, que representará a Companhia, em conjunto, ativa e passivamente perante qualquer órgão ou pessoa jurídica de natureza pública ou privada, podendo ainda nomear representantes legais para ações ou processos específicos, bem como indicar preposto, representante legal e nomear procuradores em geral, que poderão assinar, em conjunto, com os poderes e atribuições de plena gestão, autorizando o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos acionistas ou de terceiros. **Parágrafo 1º.** Todos os documentos de responsabilidade da Companhia, tais como: cheques, notas promissórias, contratos de empréstimos e outros compromissos semelhantes, serão sempre assinados por: (a) por quaisquer dois Diretores, em conjunto; (b) por qualquer Diretor com poderes para tanto. **Parágrafo 2º.** Aos Diretores e aos acionistas e aos procuradores da Companhia para tal fim, nos termos do art. 1.018 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), ou (d) por um procurador nos mandatos com cláusula "ad judicia", bem como naqueles que demandem poderes específicos por exigência legal ou a critério da Companhia observando o que estabelecem os parágrafos seguintes. **Parágrafo 2º.** O prazo de gestão de cada Diretor será de até 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 3º.** Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores. **Parágrafo 4º.** Os Diretores serão nomeados e destituídos mediante a expressa anuência dos acionistas detentores da maioria das ações representativas do capital social. A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, dispensada qualquer garantia de gestão. **Parágrafo 5º.** O endosso de cheques para depósito em contas bancárias em nome da Companhia será assinado pelos Diretores ou por qualquer um dos procuradores com poderes para tanto. **Parágrafo 7º.** A administração da Companhia caberá, em conjunto, aos não acionistas (I) Sr. ANDERSON LUIS DE ALVAREGA NASCIMENTO, brasileiro, casado, médico, portador da carteira de identidade nº Mº 4249\*, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº nº 133.736-\*\*, para ocupar o cargo de Diretor Presidente; (II) o Sr. KEWTON ESPER ARAGÃO, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da carteira de identidade nº Mº 228.77\*, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº nº 928.196-\*\*, para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente; e (III) a Sra. FRANCIELLY LIMA CAMINHA DIAS, brasileira, casada, enfermeira, portadora da carteira de identidade nº nº 310.626-X, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº nº 514.338-\*\*, para ocupar o cargo de Diretora sem Designação Específica, todos com endereço comercial na Avenida Doutor Chico Zaidan, s/nº, Torre B, Empreendimento EZ Towers, 7º, 8º, 9º, 16º, 20º e 23º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, CEP: 04711-130, que representará a Companhia, em conjunto, ativa e passivamente perante qualquer órgão ou pessoa jurídica de natureza pública ou privada, podendo ainda nomear representantes legais para ações ou processos específicos, bem como indicar preposto, representante legal e nomear procuradores em geral, que poderão assinar, em conjunto, com os poderes e atribuições de plena gestão, autorizando o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos acionistas ou de terceiros. **Parágrafo 1º.** Todos os documentos de responsabilidade da Companhia, tais como: cheques, notas promissórias, contratos de empréstimos e outros compromissos semelhantes, serão sempre assinados por: (a) por quaisquer dois Diretores, em conjunto; (b) por qualquer Diretor com poderes para tanto. **Parágrafo 2º.** Aos Diretores e aos acionistas e aos procuradores da Companhia para tal fim, nos termos do art. 1.018 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), ou (d) por um procurador nos mandatos com cláusula "ad judicia", bem como naqueles que demandem poderes específicos por exigência legal ou a critério da Companhia observando o que estabelecem os parágrafos seguintes. **Parágrafo 2º.** O prazo de gestão de cada Diretor será de até 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 3º.** Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores. **Parágrafo 4º.** Os Diretores serão nomeados e destituídos mediante a expressa anuência dos acionistas detentores da maioria das ações representativas do capital social. A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, dispensada qualquer garantia de gestão. **Parágrafo 5º.** O endosso de cheques para depósito em contas bancárias em nome da Companhia será assinado pelos Diretores ou por qualquer um dos procuradores com poderes para tanto. **Parágrafo 7º.** A administração da Companhia caberá, em conjunto, aos não acionistas (I) Sr. ANDERSON LUIS DE ALVAREGA NASCIMENTO, brasileiro, casado, médico, portador da carteira de identidade nº Mº 4249\*, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº nº 133.736-\*\*, para ocupar o cargo de Diretor Presidente; (II) o Sr. KEWTON ESPER ARAGÃO, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da carteira de identidade nº Mº 228.77\*, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº nº 928.196-\*\*, para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente; e (III) a Sra. FRANCIELLY LIMA CAMINHA DIAS, brasileira, casada, enfermeira, portadora da carteira de identidade nº nº 310.626-X, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº nº 514.338-\*\*, para ocupar o cargo de Diretora sem Designação Específica, todos com endereço comercial na Avenida Doutor Chico Zaidan, s/nº, Torre B, Empreendimento EZ Towers, 7º, 8º, 9º, 16º, 20º e 23º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, CEP: 04711-130, que representará a Companhia, em conjunto, ativa e passivamente perante qualquer órgão ou pessoa jurídica de natureza pública ou privada, podendo ainda nomear representantes legais para ações ou processos específicos, bem como indicar preposto, representante legal e nomear procuradores em geral, que poderão assinar, em conjunto, com os poderes e atribuições de plena gestão, autorizando o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos acionistas ou de terceiros. **Parágrafo 1º.** Todos os documentos de responsabilidade da Companhia, tais como: cheques, notas promissórias, contratos de empréstimos e outros compromissos semelhantes, serão sempre assinados por: (a) por quaisquer dois Diretores, em conjunto; (b) por qualquer Diretor com poderes para tanto. **Parágrafo 2º.** Aos Diretores e aos acionistas e aos procuradores da Companhia para tal fim, nos termos do art. 1.018 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), ou (d) por um procurador nos mandatos com cláusula "ad judicia", bem como naqueles que demandem poderes específicos por exigência legal ou a critério da Companhia observando o que estabelecem os parágrafos seguintes. **Parágrafo 2º.** O prazo de gestão de cada Diretor será de até 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 3º.** Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores. **Parágrafo 4º.** Os Diretores serão nomeados e destituídos mediante a expressa anuência dos acionistas detentores da maioria das ações representativas do capital social. A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, dispensada qualquer garantia de gestão. **Parágrafo 5º.** O endosso de cheques para depósito em contas bancárias em nome da Companhia será assinado pelos Diretores ou por qualquer um dos procuradores com poderes para tanto. **Parágrafo 7º.** A administração da Companhia caberá, em conjunto, aos não acionistas (I) Sr. ANDERSON LUIS DE ALVAREGA NASCIMENTO, brasileiro, casado, médico, portador da carteira de identidade nº Mº 4249\*, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº nº 133.736-\*\*, para ocupar o cargo de Diretor Presidente; (II) o Sr. KEWTON ESPER ARAGÃO, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da carteira de identidade nº Mº 228.77\*, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº nº 928.196-\*\*, para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente; e (III) a Sra. FRANCIELLY LIMA CAMINHA DIAS, brasileira, casada, enfermeira, portadora da carteira de identidade nº nº 310.626-X, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº nº 514.338-\*\*, para ocupar o cargo de Diretora sem Designação Específica, todos com endereço comercial na Avenida Doutor Chico Zaidan, s/nº, Torre B, Empreendimento EZ Towers, 7º, 8º, 9º, 16º, 20º e 23º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, CEP: 04711-130, que representará a Companhia, em conjunto, ativa e passivamente perante qualquer órgão ou pessoa jurídica de natureza pública ou privada, podendo ainda nomear representantes legais para ações ou processos específicos, bem como indicar preposto, representante legal e nomear procuradores em geral, que poderão assinar, em conjunto, com os poderes e atribuições de plena gestão, autorizando o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos acionistas ou de terceiros. **Parágrafo 1º.** Todos os documentos de responsabilidade da Companhia, tais como: cheques, notas promissórias, contratos de empréstimos e outros compromissos semelhantes, serão sempre assinados por: (a) por quaisquer dois Diretores, em conjunto; (b) por qualquer Diretor com poderes para tanto. **Parágrafo 2º.** Aos Diretores e aos acionistas e aos procuradores da Companhia para tal fim, nos termos do art. 1.018 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), ou (d) por um procurador nos mandatos com cláusula "ad judicia", bem como naqueles que demandem poderes específicos por exigência legal ou a critério da Companhia observando o que estabelecem os parágrafos seguintes. **Parágrafo 2º.** O prazo de gestão de cada Diretor será de até 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 3º.** Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores. **Parágrafo 4º.** Os Diretores serão nomeados e destituídos mediante a expressa anuência dos acionistas detentores da maioria das ações representativas do capital social. A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, dispensada qualquer garantia de gestão. **Parágrafo 5º.** O endosso de cheques para depósito em contas bancárias em nome da Companhia será assinado pelos Diretores ou por qualquer um dos procuradores com poderes para tanto. **Parágrafo 7º.** A administração da Companhia caberá, em conjunto, aos não acionistas (I) Sr. ANDERSON LUIS DE ALVAREGA NASCIMENTO, brasileiro, casado, médico, portador da carteira de identidade nº Mº 4249\*, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº nº 133.736-\*\*, para ocupar o cargo de Diretor Presidente; (II) o Sr. KEWTON ESPER ARAGÃO, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da carteira de identidade nº Mº 228.77\*, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº nº 928.196-\*\*, para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente; e (III) a Sra. FRANCIELLY LIMA CAMINHA DIAS, brasileira, casada, enfermeira, portadora da carteira de identidade nº nº 310.626-X, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº nº 514.338-\*\*, para ocupar o cargo de Diretora sem Designação Específica, todos com endereço comercial na Avenida Doutor Chico Zaidan, s/nº, Torre B, Empreendimento EZ Towers, 7º, 8º, 9º, 16º, 20º e 23º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, CEP: 04711-130, que representará a Companhia, em conjunto, ativa e passivamente perante qualquer órgão ou pessoa jurídica de natureza pública ou privada, podendo ainda nomear representantes legais para ações ou processos específicos, bem como indicar preposto, representante legal e nomear procuradores em geral, que poderão assinar, em conjunto, com os poderes e atribuições de plena gestão, autorizando o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos acionistas ou de terceiros. **Parágrafo 1º.** Todos os documentos de responsabilidade da Companhia, tais como: cheques, notas promissórias, contratos de empréstimos e outros compromissos semelhantes, serão sempre assinados por: (a) por quaisquer dois Diretores, em conjunto; (b) por qualquer Diretor com poderes para tanto. **Parágrafo 2º.** Aos Diretores e aos acionistas e aos procuradores da Companhia para tal fim, nos termos do art. 1.018 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), ou (d) por um procurador nos mandatos com cláusula "ad judicia", bem como naqueles que demandem poderes específicos por exigência legal ou a critério da Companhia observando o que estabelecem os parágrafos seguintes. **Parágrafo 2º.** O prazo de gestão de cada Diretor será de até 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 3º.** Os Diretores,